



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETÚBAL
Realizada em 10 de setembro de 2021

N.º 4/2021

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezanove horas, no Fórum Municipal Luisa Todi, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Nuno Miguel Batista Lopes e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Maria João Teigas Santos Palma, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Pedro Acácio dos Santos Soares, Maria da Graça Santos Andrade, Miguel Jorge de Sena Augusto e Rui Manuel Higinio José, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Carlos Manuel da Conceição Batista e Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 e 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), tendo sido substituído pela Secretária Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata n.º 3/2021, de 25/06/2021

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes na referida sessão.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – O PSD traz pela terceira vez uma questão que tem a ver com as recomendações que foram feitas ao longo do mandato e que não subiram à assembleia.

A primeira reporta-se a “Medidas de Prevenção e Combate à Sinistralidade Rodoviária no Concelho”, onde era proposto que houvesse a elaboração de auditorias de segurança rodoviária e que se elaborasse o Plano de Segurança Rodoviária Municipal. Posteriormente elaborou-se umas normas técnicas internas para ajudar à feitura desse relatório.

Na Assembleia Municipal de 26 de junho de 2020 propusemos a criação do Conselho Municipal de Ambiente, e representando o PSD pela terceira vez, coloquei isto ao Presidente da Assembleia, o qual me respondeu que não sabia e que nada lhe tinha chegado. Ora, sendo esta a última assembleia, não posso aceitar que o Sr. Presidente tendo conhecimento da existência destas recomendações não se empenhasse e não trouxesse então os assuntos. Fico, em nome do PSD, magoado, porque não é assim que se tratam os setubalenses, porque são eles que estão a ser prejudicados. Portanto, só por laxismo, só por incompetência ou só por desfeita partidária e não posso dizer mais nada sobre isto.

Jerónimo Lopes (PS) – A minha intervenção tem que ver com esta questão que o senhor deputado Costa Ferreira e membro da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade colocou.

Relativamente a uma das questões, sem dúvida nenhuma, iremos ver qual é o equívoco no que diz respeito à recomendação sobre a criação de um Conselho Municipal de Ambiente. De facto, na Ata de dezembro da CAUM, anterior à sessão de dezembro, foi deliberado por unanimidade e remeteu de novo para a Assembleia Municipal e, por alguma questão, ela não terá prosseguido.

Já relativamente à questão da sinistralidade rodoviária continua a persistir alguma confusão do proponente em relação aos tramites. Existe, de facto, matéria a tramitar e foi na mesma Ata e na mesma sessão que aprovámos e que remetemos, mas o que deliberámos depois da discussão que se fez na comissão, por diversas vezes sobre a matéria, foi no sentido de que a própria Assembleia Municipal promovesse uma iniciativa aberta e que, na altura se sugeriu que pudesse ser em abril. De facto, também, aí faltou qualquer coisa. Tento abordar nesse ponto, mas o cenário não é exatamente aquele que o senhor deputado e membro da CAUM aqui colocou e julgo que não permite em nenhum dos casos as conclusões e a extrapolação que colocou.

Nomeadamente em relação à questão da sinistralidade rodoviária, na discussão que houve na comissão muitos dos dados e do conteúdo da própria iniciativa do PSD ficaram claramente em causa e a discussão que fizemos foi muito para além do que queríamos e a intenção da iniciativa que pretendíamos. Eventualmente, ainda se poderá realizar no futuro, ia muito para além do estrito âmbito que os proponentes colocavam.

Qualquer das formas, reportando para a Ata da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade de dezembro, que terá sido distribuída a todos os deputados, infelizmente as Atas das Comissões não ficam na pasta que está disponível na extranet, se calhar é uma correção que temos que fazer, e por essa via não consegui recuperá-la daí, mas ela existe, foi remetida



por correio eletrónico e naturalmente que poderemos recuperá-la e comprovar que o que se passa é aquilo que estou a dizer neste momento e que foi deliberado.

Manuel Esteves (PS) – Vinha aqui questionar se existe uma explicação sobre o caso do Parque das Merendas e sobre as vedações da Comenda.

Depois quero, também, aqui dizer que em Vendas de Azeitão estamos a ser atacados, novamente, com as baratas vindas do esgoto. Tem sido um problema e ainda há pouco me disseram, antes de vir para aqui, para não me esquecer e se ainda vamos a tempo de fazer algo em prol dos munícipes.

Como é a última assembleia, dizer que foi uma honra em poder participar aqui, em que algumas das situações, umas vezes em acordo e outras em desacordo, mas desejar àqueles que se vão ausentar as melhores felicidades e aos que vão permanecer desejar a continuação de bom trabalho em prol de Setúbal e de Azeitão.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Relativamente à intervenção do meu amigo Manuel Esteves no que diz respeito às baratas, este ano esse problema tem acontecido, não só em Azeitão ou no Concelho, mas também no Distrito. Tenho a dizer que a câmara tem dado resposta imediata a todas as solicitações de desbaratização que têm sido feitas. Portanto, todas as reclamações que têm chegado à Junta de Freguesia, e foram algumas, passado um dia ou dois temos a resposta da câmara de que já foi realizada a desbaratização da rua, a qual de imediato remetemos às pessoas. Se existe alguma situação que o Sr. Manuel Jorge conhece seria bom que reportasse o nome da rua à junta, porque de facto este serviço, este ano, está a responder rapidamente.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Face às palavras do Sr. Presidente da Comissão, Jerónimo Lopes, na última reunião da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade o que ficou expresso foi de que eu, membro da comissão, coloquei a questão das recomendações apresentadas pelo PSD relativamente à sinistralidade rodoviária e à criação da Comissão Municipal de Ambiente não terem subido ao Plenário. O Presidente da comissão reiterou a informação anterior de que houve deliberação da comissão que consta da ata, a mesma remetida à Assembleia Municipal, desconhecendo a razão para a não tramitação.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Relativamente às questões colocadas pelo Eng.º Costa Ferreira já foram respondidas, quer aqui pelo ilustre camarada do PCP, quer pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que irá continuar cá noutras funções, mas que dará andamento, com certeza, às questões que foram colocadas, sendo certo que este não seria o fórum exato para isso, no entanto tenho a convicção que elas irão ter andamento, se for caso disso.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Manuel Esteves, na página 91 do Relatório de Atividades, relativamente a junho e a julho, foram feitas em Azeitão 79 desbaratizações e desratizações foram feitas 66. Tudo isto só em dois meses. Também foram feitas 9 desinfestações. No total de todas as freguesias, nestes dois meses, foram feitas 799 ações.



c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – A Mesa recebeu uma Moção, apresentado pela CDU, e que é relativa a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8.

“Moção Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens tem por missão contribuir para a planificação de intervenção do Estado e tem um importante papel na mediação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens existentes no país com a rede social local existente nos concelhos das famílias das Crianças e Jovens sinalizados por viverem situações de desproteção.

Através da Circular nº9/2020, a Comissão Nacional elaborou um plano de afetação dos técnicos da Comissão Restrita, numa escala de 1 a 16, tendo por base a média dos processos ativos mensais e não o volume processual global, ficando a CPCJ de Setúbal situada no 9º escalão. Ora, se verificarmos que a CPCJ de Setúbal, em 2020, teve um movimento de 1072 processos, 467 dos quais transitaram ativamente para o ano de 2021, facilmente reconhecemos que o trabalho de prevenção junto das famílias e entidades de 1ª linha com competência em matéria de infância e juventude, o qual se reveste de extrema importância na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, passou para um plano secundário, na medida em que as tarefas inerentes à gestão processual (atendimentos às famílias e ao público que recorre à ajuda desta instituição, atualização da base informática nacional, respostas ao Ministério Público, fiscalização pela interlocutora do Ministério Público de Processos instaurados com a tipologia Abuso Sexual, Negligência Grave, Maus Tratos físicos e psicológicos e Violência Doméstica) ocupa todo o tempo dos técnicos. Visão esta que implica uma revisão do número de técnicos gestores afetos a esta Comissão, por parte da Comissão Nacional.

Se considerarmos que a Comissão Nacional” está empenhada em contribuir para que a disponibilidade do tempo necessário e suficiente... seja garantido” (sic), propõe a mesma, como referência, um máximo de 40 processos ativos por técnico a tempo inteiro. A CPCJ de Setúbal tem atualmente 5 técnicas a tempo inteiro (incluindo a Presidente e a Secretária que, além de desempenharem as tarefas inerentes às suas funções, são igualmente gestoras de processos), 2 técnicas a tempo parcial e 4 participam ½ dia semanal (para participação na reunião restrita, não sendo gestoras de processos), logo, o número de processos por técnico jamais poderia ser aquele proposto pela Comissão Nacional (40)! A média que se verifica é sim de 60 processos de promoção e proteção por técnico.

Cabe-nos então refletir: até que ponto é possível realizar um trabalho sério e efetivo de acompanhamento dos processos de promoção e proteção de crianças e jovens sinalizados nesta Comissão?!

A Comissão Nacional, reconhecendo a necessidade imperiosa de reforço técnico, conforme a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, estabeleceu Protocolos, colocando 2 técnicos ao abrigo dos artigos 20º e 20º-A. Os reforços pontuais e temporários são decididos pela Comissão Nacional, mas cabe às entidades que fazem parte da Comissão Alargada disponibilizar os técnicos em falta, o que é difícil, dada a carência crónica de técnicos e recursos nessas entidades.



Termos como Proteção, Crianças e Jovens exigem da parte dos comissários das CPCJ respostas concretas e de grande responsabilidade: abrir e instaurar processos, diagnóstico das situações sinalizadas, procedimentos de urgência, condução de crianças e jovens a instituições de acolhimentos (as quais poderão situar-se em qualquer parte do país), audição das crianças e respetivas famílias, articulação e encaminhamentos para diferentes entidades de 1ª linha com competência em matéria de infância e juventude, reunião com os técnicos das diferentes instituições, providenciar as respostas solicitadas pelo Ministério Público (Tribunal de Família e Menores, DIAP...), pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC), acompanhar as famílias com vista à resolução dos problemas que conduziram ao quadro de desproteção vivenciado pelas crianças e jovens, deliberar e contratualizar medidas protetivas, celebração de acordos de promoção e proteção e acompanhamento da execução e cumprimento dos acordos... todas estas ações requerem empenho e discernimento. É da responsabilidade do governo providenciar o bom funcionamento das Comissões, com recursos humanos e financeiros suficientes para otimizar o trabalho dos técnicos na proteção das nossas crianças.

Face ao exposto, e em solidariedade com a CPCJ de Setúbal, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 10 de setembro de 2021, delibera:

- Apelar à Comissão Nacional rever o escalão no qual inseriu a CPCJ de Setúbal;*
- Exigir a manutenção dos técnicos colocados na CPCJ de Setúbal ao abrigo do Protocolo 20-A, cujos contratos expiram a 31/12/2021;*
- Exigir do governo os meios financeiros e os recursos humanos indispensáveis ao bom funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.”*

Não havendo intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Deram entrada na Mesa, já depois dos horários estabelecidos para a aceitação destes documentos, dois votos de pesar, considerando a matéria, naturalmente, que a Mesa entendeu submeter à assembleia a inclusão destes dois votos de pesar, um apresentado pelo grupo político do Partido Socialista sobre o falecimento de Jorge Sampaio e o outro pelo grupo político do CDS-PP sobre o falecimento de Duarte Machado.

Ponho à consideração da Assembleia Municipal a aceitação destes votos de pesar.

A aceitação da inclusão dos dois votos de pesar foi por unanimidade.

Vitor Ferreira (PS) – Venho fazer uma referência e um pedido. A referência é dizer que o Voto de Pesar acabou por ser subscrito também pela CDU, PPD/PSD, BE, CDS-PP e pela Presidente Celestina Neves de Azeitão no Coração.

Pedia ao Sr. Presidente e também ao plenário se poderia ler o Voto de Pesar e para isso indicava o meu camarada António Baptista Dias. Se por possível fazer-se um minuto de silêncio e eventualmente juntando os dois votos de pesar, ficaremos mais agradados com isso.



António Dias (PS) – Leu o Voto de Pesar sobre o falecimento de Jorge Sampaio, o qual se transcreve, conforme documento arquivado em pasta anexa registado sob o n.º 9:

**“Voto de Pesar
Falecimento de Jorge Sampaio**

Jorge Fernando Branco de Sampaio nasceu em 18 de setembro de 1939, em Lisboa, e faleceu hoje, dia 10 de setembro de 2021. Tinha 81 anos.

Presidente da República Portuguesa no espaço temporal de dois mandatos, entre 1996 e 2006, foi também, como é do conhecimento público, fundador, logo após o 25 de Abril de 1974, do Movimento de Esquerda Socialista (MES), tendo-se tornado, em 1978, militante do Partido Socialista e, mais tarde, seu Secretário-Geral, deputado à Assembleia da República e presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Em 2006, foi nomeado enviado especial para a Luta contra a Tuberculose, pelo Secretário Geral das Organização das Nações Unidas (ONU), e desempenhou, entre 2007 e 2013, as funções de alto representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações. Atualmente, presidia à Plataforma Global para os Estudantes Sírios, que ele próprio fundou em 2013.

Sobre Jorge Sampaio há, ainda, um mar de momentos da sua vida e da vida do coletivo português que podem ser referidos. Momentos que se cruzam, marcados pela sua cidadania ativa na luta por causas, e pela sua personalidade e excecionalidade. O seu exame final de piano na sua juventude, a sua intervenção durante a crise estudantil de 1962, a sua vida familiar e profissional, onde se pode destacar a sua intervenção como defensor de presos políticos nos tribunais plenários da ditadura salazarista, a presidência da Câmara de Lisboa e a sua capacidade de construir diálogos, ultrapassando constrangimentos, a sua prestação na defesa de um Timor-Leste livre, sobretudo a sua ação convicta na preservação dos valores da Democracia, dos direitos da Liberdade e da Tolerância, no combate à lamúria e às querelas estereis, a defesa dos direitos humanos, a sua interpretação notável da solidariedade sem fronteiras, entre tantos e tantos outros.

Era um Democrata e um Humanista, um cidadão de Abril.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 10 de setembro de 2021, delibera:

- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio;*
- b) Endereçar à família, aos amigos e ao Partido Socialista o seu pesar;*
- c) Sugerir à Câmara Municipal de Setúbal e à Comissão de Toponímia a consideração do nome de Jorge Sampaio para figurar numa artéria do nosso Concelho.”*

Presidente da Mesa – Temos agora o Voto de Pesar pelo falecimento de Duarte Batista Machado, que é subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP, do PPD/PSD e da CDU.

João Viegas (CDS-PP) – Em primeiro lugar quero dar nota de que este Voto de Pesar surgiu já depois daquele período que está destinado ao envio deste tipo de votos. De qualquer forma, pelo percurso de Duarte Machado, por ter sido vereador e por ter sido, também, Presidente de uma instituição de relevo aqui da cidade, pelo que dedicou à cidade de Setúbal entendi de que seria de mera justiça aqui hoje, nesta última assembleia, fazer aqui esta homenagem.

Passou a ler o Voto de Pesar, o qual se transcreve, conforme documento arquivado em pasta anexa registado sob o n.º 10:

**“Voto de Pesar”
Pelo falecimento de Duarte Batista Machado**

Faleceu no passado dia 12 de Agosto, aos 79 anos, Duarte Machado. Nascido em Setúbal a 18 de Agosto de 1941, Duarte Machado foi vereador, eleito pelo PSD em 1997 e pela Coligação PSD/CDS em 2001, com os pelouros do Turismo, Desenvolvimento Económico, Programa de Apoio ao Comércio e Serviços, Publicidade Comercial, Ocupação da Via Pública, Fiscalização Municipal e Saúde. Foi também consultor para a área da Saúde da Câmara Municipal de Setúbal entre 2006 e 2011.

Era licenciado em Turismo pelo Instituto de Novas Profissões e foi bolseiro da OCDE em França. Desempenhou diversos cargos e funções, com destaque para a área do Turismo, como sócio-gerente da Viagens ABC e da Portugal Viva, secretário-geral e diretor executivo do Gabinete de Incentivos Congressos de Lisboa, diretor da Federação Europeia das Cidades de Congressos, presidente da Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo.

Foi consultor de Turismo do Instituto do Comércio Externo, Turismo e Investimento Estrangeiro, docente do Instituto Nacional de Formação Turística, Escola Superior de Turismo de Bicesse, consultor da Sonae Turismo e da Câmara Municipal de Lisboa. Membro da Comissão Executiva da Região de Turismo da Costa Azul, da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve e da Comissão Municipal de Turismo de Lisboa. Foi também presidente do Conselho Fiscal da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão. Foi ainda diretor-geral e vice-presidente dos Capristanos.

Mas foi como presidente da Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa, a partir de 2011, que mais de destacou na fase final da sua vida.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 10 de Setembro de 2021:

- 1. Aprova o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Duarte Machado, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2. Manifesta à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.*

Suzel Costa (PAN) – Em relação ao Voto de Pesar de Jorge Sampaio o PAN não vai acompanhar, não obstante não vai votar contra, mas abster-se.

O PAN lamenta profundamente o falecimento de Jorge Sampaio, um ser humano, uma figura política determinante na consolidação da democracia portuguesa. Apesar da nossa profunda divergência ideológica quanto à tauromaquia, o mesmo à proteção animal, é certo que em matéria de direitos humanos fez um trabalho incontornável, como é exemplo o combate ao fascismo, a luta pela independência de Timor, porém não nos podemos esquecer que no exercício das suas funções, enquanto Presidente, era presença regular nos espetáculos tauromáquicos, onde homenageou diversas figuras de estado. É também a Jorge Sampaio que devemos em 2002 a promulgação do Decreto-Lei que ainda hoje permite os touros de morte em Barrancos, um Decreto-Lei de exceção. Por tudo isto o PAN vai abster-se.



João Luz (CDU) – A bancada da CDU subscreveu ambos os votos de pesar, evidentemente com estatutos e dimensões distintas, foram duas pessoas que contribuíram, do ponto de vista da cidadania para o país, e no caso concreto de Duarte Machado, daí associarmo-nos a ambos os votos de pesar.

Não estava para intervir, porque estes momentos são sempre, de alguma forma, sensíveis, mas esta intervenção por parte do PAN fez-me levantar da cadeira, porque a justificação que o PAN aqui apresentou não valeu para o voto que apresentaram sobre a morte de Ribeiro Teles conhecido aficionado e é, de facto, extraordinário esta duplicidade de critérios.

Vitor Ferreira (PS) – É para referir, tal como tinha tido ocasião de falar com o senhor deputado João Viegas, nós também subscrevemos o voto de pesar pelo falecimento de Duarte Machado.

Quanto à intervenção da deputada Suzel, pelo profundo respeito que Jorge Sampaio nos deixa obriga-me a não dizer mais nada.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Só venho referir que cada um tem as suas convicções e se são a favor da tauromaquia ou não. Não têm que vir aqui buscar outras pessoas, como o arquiteto Ribeiro Teles que nem sequer conhecem e nem conheciam a filosofia do senhor arquiteto, o qual foi meu professor na Universidade.

Não têm que ir busca-lo, porque não sabem as ideologias dele, não sabem o que é a sustentabilidade que ele defendia, não sabem o que está por detrás da defesa dele na tauromaquia.

É só este reparo que tenho a fazer, porque não temos que ir buscar exemplos de outras pessoas quando não conhecemos essas pessoas.

Suzel Costa (PAN) – Por respeito à morte de Jorge Sampaio, apenas dizer que quando referi que assistia a espetáculos tauromáquicos, como muitos dos deputados que aqui estão, não seria impedimento para o meu voto de abstenção. Entendo que seja tradição e que alguns dos deputados aqui presentes ainda vivam no passado. O que nós contestámos foi a promulgação do Decreto de exceção para os touros de morte em Barrancos. É essa a minha posição que pode não refletir necessariamente a posição do PAN.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio, aprovado por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e uma abstenção do PAN.

O Voto de Pesar pelo falecimento de Duarte Batista Machado foi aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

III – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Não temos inscrições por parte do público para intervenções.



IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Relatório PAOD – Mandato 2017/2021

Jerónimo Lopes (CDU) – Primeiro para parabenizar a Mesa e a Comissão Permanente que depois, em última análise, aprovou o relatório que nos apresentou.

Pedi para intervir logo no início, porque uma das contestações é que relativamente à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade o relatório foi solicitado pela Mesa em tempo, o qual não foi elaborado, não foi concluído e não foi enviado, embora tenha havido, de facto, um esforço na produção deste documento que nos é submetido e que de alguma forma também faz jus a algum do trabalho, não tendo fundamentalmente responsabilidade minha e tendo em conta os trabalhos da própria comissão não foi possível esta comissão aprovar e enviar esse relatório. Em qualquer dos casos colocar aqui algumas questões que tiveram numa primeira discussão e num conjunto de itens ou de tópicos que consensualizamos da forma como o iríamos desenvolver, entretanto acabaram por não ter o devido desenvolvimento.

Haverá a fazer alguma correção em relação àquilo que refere o relatório, depois poderá ser corrigido e a intervenção até poderá ficar anexa ao relatório.

“A CAUM tomou posse a 06 de fevereiro de 2018, após revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, nomeadamente no que respeita à reestruturação das suas Comissões de Trabalho, sua composição e necessidade identificada de dotar cada uma de regulamento que estabelecesse claramente o âmbito, objetivos e normas de procedimento.

Desde logo a CAUM assumiu pioneirismo, tornando-se, no seu anteprojeto, modelo para o desenvolvimento deste instrumento.

A Comissão reuniu, ao longo do mandato, por 34 vezes, às quais se aditam outras 3 audições (Relativas a petições), 3 visitas (CROAC, Convento de Jesus e ETAR) e 3 apresentações técnicas (Criação de Pombais Contracetivos e Alimentação de Animais na Via Pública – vereadora Carla Guerreiro e Alexandra, sinistralidade rodoviária/recolha de animais caso catástrofe – vereador Rabaçal e Comandante dos Sapadores/Protecção Civil e Projeto “Praça Rio” – Arq. Nuno Viterbo).

A parte mais visível da atividade da Comissão refere-se à preparação da Ordem de Trabalhos para as Sessões no seu âmbito, e emissão dos respetivos pareceres, tendo igualmente desenvolvido intensa atividade no aprofundamento da discussão acerca de propostas de moção e recomendação remetidas pelo plenário.

Contou com a presença regular de membros do Executivo e de Técnicos Municipais.

Conclusões ou linhas de reflexão para o futuro:

- 1. Avaliar a subdivisão do âmbito em novas Comissões, considerando a diversidade, importância e complexidade das áreas de incidência:*
 - Questões do Urbanismo e Habitação*
 - Questões da Mobilidade*
 - Questões do Ambiente e da Protecção Animal*
 - Questões da Protecção Civil*
- 2. Composição e representatividade a ponderar, valorizando tanto a participação diversa como a eficácia da Comissão;*
- 3. Apoio, procedimentos, atas. As atas das comissões devem merecer maior atenção de todos os eleitos e integrarem a pasta do expediente na Internet;*
- 4. Melhorar a ligação das Comissões à Mesa e à Comissão Permanente;*



5. *Valorizar e efetivar propostas de iniciativas externas, sobre temas pertinentes abordados pelas Comissões, dando atenção à necessária disponibilidade de meios e mobilizando a participação dos eleitos;*
6. *A importância de regularizar a elaboração de plano de atividades e relatório, quer de mandato, quer anual.*

Nota final:

Não ensombrando a valorização do intenso trabalho realizado e o que significou de progresso e aprofundamento dos temas ficam como maiores motivos de insatisfação:

- *A falta de relatório específico da Comissão, com balanço da atividade realizada, mas sobretudo sistematizando ensinamentos e linhas de trabalho para o futuro;*
- *A falta de articulação, no que respeita a 2 iniciativas do PSD, dando sequência à discussão efetuada sobre sinistralidade rodoviária e concretizando a iniciativa proposta em dezembro passado, bem como não ter regressado ao Plenário a recomendação sobre o Conselho Municipal de Ambiente, despachada na mesma altura.”*

Quanto àquela questão da sinistralidade rodoviária, onde abordámos também a recolha de animais em caso de catástrofe na sequência de uma outra recomendação que tinha vindo e também uma outra reunião relativamente ao projeto urbanístico, ao projeto arquitetónico de recuperação da Praça do Bocage, conhecido como Praça Rio.

A parte mais visível da atividade da comissão refere-se à preparação das ordens de trabalho para as sessões, no que diz respeito ao seu âmbito e à emissão dos seus respetivos pareceres. Desenvolveu igualmente intensa atividade no aprofundamento da discussão acerca de proposta de moção e recomendações que, entretanto, foram remetidas para o plenário.

Neste trabalho contou sempre com a presença e a participação regular, quer de membros do executivo, quer dos técnicos que o próprio executivo municipal foi elencando para nos ajudar nos trabalhos da comissão.

Não tendo aprofundado muito ou pouco, e não havendo relatório naturalmente não faz nessa perspetiva eco disto, haviam aqui alguns itens relativamente aos quais eventuais conclusões ou linhas de reflexão remeteriam para o futuro, nomeadamente a questão do âmbito da comissão. Esta comissão tem no seu âmbito as questões do urbanismo e da habitação, as questões da mobilidade, as questões do ambiente e da proteção animal, as questões da proteção civil e são um conjunto de matérias. Todas as matérias de âmbito municipal têm a sua importância, mas estamos aqui a falar de um conjunto de matérias pesadas e que nesta perspetiva de reforço e intensificação do trabalho das comissões será exagerado para uma só comissão e que deve merecer a nossa reflexão.

Trocámos algumas impressões na comissão, haverá ali algum consenso quanto à definição de duas grandes áreas, uma que poderia passar pelo ambiente e proteção animal e as questões da sustentabilidade ou algo assim do género. Uma outra que abordasse as questões do urbanismo, habitação e mobilidade. Não sei se será suficiente, no próximo mandato a assembleia, na composição que tive, será uma reflexão que se justificará fazer.

Relativamente à composição e representatividade a ponderar, deve valorizar, quer a participação diversa, como também a necessidade de eficácia no funcionamento da comissão. Outras questões a refletir sobre as necessidades de apoio, quer relativamente aos procedimentos, quer às Atas, não tanto às Atas-Parecer, que essas são mais fáceis, mas ao outro conjunto de trabalho que se faz. Aliás, em relação a isto, uma coisa que é simples e que

deveria, desde já, ser anotado, as atas das comissões justificam maior atenção de todos nós, em algumas vezes ao longo deste mandato fui aqui lendo pontos das atas da comissão que não estavam exatamente na Ordem de Trabalhos, mas um pouco no sentido de procurar alertar o conjunto do plenário para aquilo que ia sendo o trabalho da comissão.

Creio que as atas deveriam passar a integrar a pasta do expediente da internet, o que não acontece, também poderá ajudar, mas é necessário que todos nós demos a necessária atenção às atas, não é apenas se emitiu um parecer favorável ou desfavorável com a votação, porque, por vezes, há nas atas das comissões outros assuntos e outras matérias que justificam a nossa atenção.

A necessidade neste reforço do trabalho, que resultou de tudo isto, e que, se calhar, é transversal a todas as comissões, mas que aqui colocaria a necessidade de afinarmos melhor questões de ligação entre as comissões, os seus coordenadores, a Mesa e a Comissão Permanente.

Eventualmente as questões que, já abordarei de novo, podem estar e estarão seguramente ligadas a isto.

No que diz respeito a um conjunto de iniciativas externas que desenvolvemos e eventualmente será no futuro necessário desenvolver mais, há necessidade de valorizar e de efetivar propostas relativamente a iniciativas externas sobre temas pertinentes que as comissões abordam.

Por último, e o primeiro ano é, de facto, absolutamente falha nisto, mas uma constatação de que a comissão deve anualmente ter um plano de atividades, um relatório e um balanço final.

Não assombrando a valorização do intenso trabalho realizado e o que significou de progresso e aprofundamento dos temas, ficam estes três maiores motivos de insatisfação, a falta do relatório específico da comissão, o balanço da atividade realizada, mas sobretudo sistematizando ensinamentos e linhas de trabalho para o futuro. Aqui alguma falha de articulação no que respeita a duas iniciativas do PSD, dando sequência à discussão efetuada sobre a sinistralidade rodoviária concretizando a iniciativa proposta, e volto a dizer que esta é que é a questão correta relativa àquilo que foi deliberado, bem como não ter regressado ao plenário a recomendação sobre o Conselho Municipal de Ambiente, que foi despachada na mesma altura e julgo que não se perde por o mandato terminar.

Só uma palavrinha no que diz respeito à Comissão Eventual de Acompanhamento do Projeto de Melhorias de Acessibilidades ao Porto de Setúbal, a qual desenvolveu igualmente um intenso trabalho e que igualmente não produziu o seu relatório.

Do ponto de vista do trabalho desenvolvido, podia repetir as palavras seguramente, porque foi intenso, ouvimos, recolhemos informação, acompanhamos, etc., etc. Em relação ao relatório creio que na situação é mais grave e ela deverá ter continuidade no próximo mandato, porque a comissão não elaborando relatório, não concluiu os trabalhos.

Na próxima assembleia terá que, relativamente às questões que estavam na origem da preocupação de todos e que levaram à constituição da comissão e que o motivo que a despoletou fosse a questão das dragagens, mas a preocupação relativamente à manutenção do rio, à questão da biodiversidade, à questão das praias, do assoreamento, da necessidade de projetar areia para alguma delas para reforçar o areal, são matérias que justificam. Não há aqui um testamento que seja deixado para a próxima assembleia, mas há linhas de reflexão que constarão nesta ata e que merecem, com certeza, que os futuros eleitos continuem a acompanhar esta matéria.



Vitor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda acompanhará e votará a favor deste relatório do PAOD, no entanto abrir aqui uma ressalva, que é relativamente à questão da Comissão Eventual de Acompanhamento às Acessibilidades, porque de facto foi uma comissão que trabalhou imenso, fizemos diversas reuniões com um conjunto de várias entidades do âmbito civil, com associações de pescadores, como a SESIBAL, com entidades ligadas ao ambiente, como foi a SOS Sado, e com a APSS, no entanto foi o ritmo com que nós trabalhamos que poderá servir de exemplo para futuras comissões eventuais.

Dou como exemplo, a última vez que reunimos foi no mês de julho, em que o Presidente da Comissão, Jerónimo Lopes, apresentou-nos um esboço de um relatório que depois nem sequer deu seguimento a esse próprio esboço. Julgo que aqui, também, temos que assumir um pouco de responsabilidades, porque somos indigitados para conduzir os trabalhos de uma comissão e temos que ter outra capacidade de ritmo e de executar aquilo que nos é pedido. Esta comissão foi aprovada nesta assembleia em novembro de 2018 e estamos em setembro de 2021 e não se conseguiu produzir um relatório efetivo sobre todo o trabalho que foi feito.

Fica aqui esta nota de que está lá referenciado o trabalho meritório das comissões, mas julgo que temos que aprender com os erros que cometemos neste mandato, ou seja, existe uma comissão, foi solicitado, mais do que uma vez, de que houvesse outras reuniões, de que houvesse outro ritmo dessa comissão e muitas vezes foi o próprio Presidente que deixava no ar que íamos reunir, mas passava um mês, passava dois, passava três e lá havia uma reunião.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Venho só reforçar e confirmar que durante os trabalhos da CAUM houve um esforço muito grande em se debater de uma forma séria e credível todos os assuntos que lá foram apresentados. É pena o relatório não aparecer, o Sr. Presidente já explicou, apenas fica ensobrada por esta questão do PSD, com quatro anos de apresentação de uma recomendação e outra de há de um ano não chegar a plenário.

Vitor Ferreira (PS) – O Grupo Municipal do Partido Socialista vai acompanhar o relatório, vai votar favoravelmente.

Em relação àquilo que me pareceu, também, uma sugestão apresentada pelo Presidente da CAUM, de se anexar o documento que ele trazia escrito, também não temos nenhuma objeção, uma vez que até traduz em grande parte aquilo que foi o contributo do meu camarada Carlos Batista, da minha camarada Maria João Palma e também do meu camarada António Caracol. Portanto se isso poder ajudar a deixar memória e deixar, também, reflexão para se melhorar não temos nenhuma objeção de que seja anexo.

De resto agradecer ou saudar a ideia que a deputada Suzel Costa nos lançou para se produzir este relatório, agradecer o esforço da Mesa e também ao deputado João Viegas que, julgo, que a determinada altura deu uma boa ajuda e dizer que, hoje, mais do que pensarmos naquilo que teria sido o melhor relatório, é pensarmos que este é o primeiro e pode ajudar daqui para a frente no próximo mandato ou nos próximos mandatos que o trabalho funcione melhor, quer a nível daquilo que é o relatório, quer a nível naquilo que é o trabalho das comissões.

A nossa posição, neste momento, é querer fazer parte da solução e não vale a pena hoje estarmos a levantar grandes problemas.

Uma vez mais obrigado à Mesa pelo esforço que fez.



Suzel Costa (PAN) – O relatório aqui apresentado, como o eleito Jerónimo já disse, enferma pela falta do relatório da CAUM, porém e graças agora a apresentação do eleito foi um pouco colmatado e, de facto, ficar anexo será uma mais valia.

Quero congratular a apresentação, pela primeira vez, de um relatório nesta assembleia, embora seja um mero resumo do trabalho desenvolvido por todos os eleitos municipais, ele dignifica o trabalho aqui realizado em plenário e em todas as comissões e dignifica, também, os setubalenses e azeitonenses, o que pode ser um ponto de partida para nos próximos mandatos melhorar o trabalho ou até para justificar um maior apoio aos eleitos municipais e até à própria Mesa.

João Viegas (CDS-PP) – Como é óbvio vou votar favoravelmente o relatório. É de saudar esta iniciativa, porque ao longo do mandato o trabalho que foi desenvolvido deve no final do mesmo ter um documento para que no futuro ao analisar-se este mandato possam tirar algumas conclusões e ser demonstrativo, o que dignifica o trabalho que todos fomos desenvolvendo aqui durante estes quatro anos.

Apesar de algumas dificuldades foi um mandato com uma pandemia que alterou um pouco tudo aquilo que é o normal funcionamento deste órgão e julgo que, também, nos cabe a nós, neste momento, salientar alguns dos aspetos que, no meu entender, são positivos e que foi possível com a participação das diversas forças políticas aqui representadas. A questão dos tempos e esta forma que nós encontramos neste mandato tornou-se eficaz, permitiu que as nossas assembleias não se prolongassem de uma forma que, muitas vezes, se tornavam quase insuportáveis.

Depois o facto de termos conseguido ao longo deste mandato, e era também um objetivo, descentralizar as sessões e foi possível descentralizar duas, também deve ser um caminho que deve ser continuado, o qual foi interrompido pela pandemia, e deverá também servir, em termos de reflexão, para aquilo que poderá ser o funcionamento das assembleias no futuro.

Neste momento, também, agradecer aqui o trabalho incansável de quem dá apoio a esta assembleia, à sua realização, aos serviços de apoio, aos técnicos da câmara, os quais se mostraram sempre disponíveis para as solicitações e deve, também, servir para que no futuro se deva dignificar ao máximo este órgão.

Uma reflexão que todos devemos fazer, uma vez que neste momento há mais transferências de competências para as autarquias, que as assembleias municipais, órgãos que fiscalizam a atividade dos executivos, também devam ser dotadas de outros meios para poder desenvolver este trabalho de uma forma mais profícua, porque empenho todos demonstraram.

Falou-se aqui das comissões eventuais, foi possível, também, durante este mandato criar-se duas, infelizmente a das Acessibilidades ao Porto de Setúbal não foi possível apresentar o relatório. Ao contrário do que disse o Jerónimo Lopes terá que ser uma próxima assembleia a definir se quer ou não quer criar novamente a comissão. De qualquer forma alguns dos elementos que a compõem, não serão os mesmos.

Lamento que não tenha sido possível produzir esse relatório, porque o trabalho que foi desenvolvido nos dignifica a todos, o empenho de muitos de nós que saíram do trabalho e vinham para aqui, as audições que foram marcadas, um conjunto muito importante de documentação que está à disposição de todos e que pode ser consultada, isso são mais valias.

Como disse há pouco, no futuro apostar nos meios que estão disponibilizados para apoio a esta assembleia.



No próximo mandato não farei parte da comissão eventual, não farei parte desta assembleia e aproveito esta intervenção para agradecer a todos a vossa disponibilidade. Tentei ao longo deste mandato cumprir com aquilo que foi estabelecido, em termos de programa eleitoral do CDS, tentei colaborar com as minhas intervenções e também apresentando sugestões. A democracia é mesmo assim, as escolhas são feitas de quatro em quatro anos, infelizmente há quem apresente propostas de pontes, mas não está preparado para estabelecer pontes.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Nós também iremos votar favoravelmente este relatório, obviamente que sendo o primeiro relatório ainda é uma experiência e é uma boa tradição que aqui fica desta assembleia e desta Comissão Permanente.

O facto de se produzir um relatório daquilo que foi o Período de Antes da Ordem do Dia, não queria deixar de, sendo a última assembleia em que vou estar, uma vez que não sou candidato a este órgão no próximo mandato, de fazer aqui esta menção e falar também em nome do nosso grupo parlamentar, que o próprio relatório fala por si, a atividade que fizemos e a oposição que tentámos fazer sempre num órgão que tem a maioria absoluta de uma força política. No entanto, também, realçar que conseguimos aqui alguns marcos positivos para o futuro, nomeadamente que estas sessões, estas assembleias sejam acessíveis para quem não pode estar aqui presencialmente e permitir ao público, aos cidadãos, aos nossos concidadãos setubalenses e azeitonenses que possam assistir, também, à atividade deste órgão em sessão de assembleia, como tal isso é um ganho para a democracia. Podem ser poucas pessoas hoje, como também vem pouco público, mas com o tempo mais pessoas poderão aderir e qualquer pessoa poderá sempre visionar futuramente aquilo que aqui se passou, é um marco que fica deste mandato pelo qual nós também lutámos e várias forças políticas.

Quero deixar uma última menção, a título pessoal, fui eleito para a Assembleia Municipal em 1997 e há pouco tempo é que me apercebi que era o decano da Assembleia Municipal ininterruptamente, porque há colegas que estiveram aqui antes de 1997, mas não de forma contínua que me recorde, e quero deixar aqui um agradecimento a todos aqueles com quem tive a oportunidade de trabalhar, tive a oportunidade de conhecer, muitos não estão cá, muitos já faleceram infelizmente, mas acima de tudo o que é importante é que, independentemente das nossas posições, muitas vezes diferentes, que foi sempre possível construir pontes e fazer no fundo um trabalho para o qual nós nos propomos que é o bem-estar dos nossos concidadãos setubalenses e tentámos que a vida de todos aqueles que nos elegeram e dos que não nos elegeram possa ser melhor e possa desfrutar melhor este concelho.

Presidente da Mesa – Este documento trata-se de um relatório do mandato de 2017/2021, o qual, no fundamental, traduz aquilo que conseguimos fazer neste mandato, muitas das dificuldades que atravessámos e também como testemunho para que num próximo mandato possa servir de referência para continuar este trabalho e é isto que considero ser o mais importante no que diz respeito ao relatório.

Quero também, nesta oportunidade, agradecer a todas e a todos os senhores deputados que ao longo deste mandato nos fomos adaptando a esta convivência democrática, naturalmente que cada um expressando o seu ponto de vista sobre os mais diversos assuntos que percorreram estas iniciativas, mas com uma compreensão, diria, progressiva ao longo destes quatro anos no sentido dessa convivência poder resultar no sentido positivo que este órgão autárquico aqui em Setúbal tem pela força da sua diversidade e representatividade.



Quero, em particular, agradecer aos senhores deputados que fizeram parte da Comissão Permanente pela forma como sempre conseguimos ultrapassar as dificuldades que são normais nestes processos, pelas diferentes opiniões políticas que existiram e existem, mas que conseguimos sempre concluir no sentido positivo de melhor servir os setubalenses e azeitonenses.

Quero também agradecer à Câmara Municipal, à Sra. Presidente, às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores pela colaboração que foi possível manter com a Assembleia Municipal. Também aos secretários da Mesa pela colaboração, empenhamento que sempre foi manifesto e creio que todos estamos de acordo que foi um contributo que foi dado para o bom funcionamento da assembleia.

Naturalmente agradecer aos técnicos da Câmara Municipal que participaram nas várias iniciativas, nas comissões e na própria assembleia e em particular, também, aos trabalhadores da Câmara Municipal, que trabalham no Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, pela sua disponibilidade e empenhamento que sempre manifestaram no apoio às reuniões, com todas as dificuldades que conhecemos dos tempos difíceis da pandemia, na organização, na preparação dos trabalhos para que todos pudéssemos exercer as nossas funções e desempenhar o nosso papel nas melhores condições.

Como referi este relatório é um contributo, é um registo que fica, naturalmente que as intervenções dos senhores deputados sobre algumas considerações relativamente a este relatório o enriquecem e ficam expressas em ata e são consideradas como um contributo para este relatório.

Finalmente quero dizer-vos, que sendo a minha última sessão na participação deste órgão, que todos poderão contar sempre comigo para servir melhor os setubalenses e azeitonenses e a minha disponibilidade em ajudar naquilo que for necessário.

Vamos votar o relatório e pedia que fosse, também, considerado o documento que o senhor deputado Jerónimo Lopes da CDU, aqui nos apresentou.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Junho-Julho 2021

Este documento está registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – Uns relatórios assim tão pormenorizados, tão extensos não podem ser menosprezados e o PAN tem trazido aqui regularmente algumas questões acerca disso, mas ainda bem que aqui se pode ver todas as funções e o desenvolvimento do executivo trimestral ou bimestralmente, neste caso refere-se aos meses de junho e julho.

À semelhança das duas assembleias anteriores, venho novamente transmitir aqui a minha indignação, desta vez, maior ainda do que das outras duas, porque entre junho e julho foram capturados 927 pombos. Estes atos, supostamente, como forma de controlo da população de pombos, continuamos sem perceber o que é que está a acontecer e não se coaduna com a nossa visão, com a visão que sempre falámos de um controlo efetivo, através de um pombal contraceutivo e, também, não se percebe como é que na antiga vacaria estão, neste momento,



talvez 1.500 pombos, se fizermos as contas às capturas de pombos nestes últimos meses. Gostava que isto fosse esclarecido.

Outra questão, não vejo aqui, também, entre junho e julho nada acerca das esterilizações efetuadas a animais de companhia de pessoas carenciadas, sendo que a única vez que houve uma menção foi apenas a uma pessoa, nada expressivo.

Quero também só dizer que não estarei cá, e em jeito de melhoria para o próximo mandato, acho que é de salientar que na parte dos resíduos muitos dos quadros que se vê, ora fazem a ligação aos períodos homólogos do ano passado ora não fazem, o que nos leva a andar sempre à procura de como é que está esta evolução. Uma sugestão, nas páginas 70 e 71, por exemplo, colocar isso.

Na página 71, onde fala nas várias lavagens e limpezas de fontes, não vejo nada referido em relação ao Parque do Bonfim e também já aqui mostramos as nossas preocupações recorrentemente em relação ao lago e gostaria só de saber como é que está a ser feita, então, essa limpeza.

Vitor Ferreira (PS) – A senhora deputada Suzel, assim um bocadinho em jeito de tourada espanhola, acaba de cavalgar o picadeiro e picar aqui um bocadinho a oposição dando a entender que se não temos nada para dizer, provavelmente é porque não lemos o relatório ou o menosprezamos. É só para dizer que não, porque se era para picar, falhou o touro.

João Luz (CDU) – Relativamente ao relatório uma questão que se prende até com alguma estranheza com o PAN não nos trazer aqui hoje a informação do relatório da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária em relação a 2020. Esse relatório dá-nos conta dos dados médicos veterinários responsáveis pela campanha de vacinação antirrábica e que indica que Setúbal foi responsável por 379 das 1.050 adoções de cães e gatos em centros de recolha oficiais ocorridas no distrito, o que coloca Setúbal no patamar dianteiro dos municípios com o maior número de adoções de animais.

Era também para questionar o município sobre este dado e sobre o trabalho que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal nesta matéria.

Manuel Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Como o relatório não contempla, gostava de fazer o ponto de situação em relação ao que a Câmara Municipal fez para com a freguesia do Sado em relação à aquisição de uma viatura nova. É que numa das assembleias o Partido Socialista pôs em causa a honestidade e a capacidade de levar à execução o compromisso para a aquisição de uma viatura e era para informar a assembleia que a viatura está a trabalhar ao serviço do concelho para melhor limpeza do mesmo. Honramos os compromissos que assumimos, tal e qual como a câmara o honrou, e gostava que ficasse claro, daí a minha intervenção, a qual será a última nesta assembleia como Presidente de Junta e, naturalmente, quero deixar aqui este testemunho de como honramos os compromissos que assumimos.

Manuel Fernandes (PS) – Não era para intervir, mas depois desta intervenção faz sentido repor a verdade.

O Sr. Presidente da Freguesia do Sado veio aqui com uma teoria e com um argumentário que é falso, pura e simplesmente, não consigo dizer de outra forma. É falso aquilo que se passou na Comissão de Economia e Finanças e foi sobejamente descrito aqui por vários



intervenientes, inclusivamente, pela anterior Presidente da Comissão e por outros interventores que fazem parte dessa mesma comissão. O que foi dito não foi nada daquilo que o Sr. Presidente da Freguesia do Sado aqui disse, lamentavelmente é uma triste figura e é uma triste despedida que o Sr. Presidente da Junta aqui fez.

Vereadora Carla Guerreiro – Dar aqui alguns esclarecimentos em relação ao relatório. Juntando aqui a questão do bem-estar animal, poder fazer aqui genericamente uma apreciação que é a nossa, do executivo, e que com o melhoramento das condições que podemos ter ao longo deste mandato no Centro de Recolha de Animais de Companhia, foi possível dar um salto grande relativamente às questões que os senhores deputados aqui colocaram, tanto na questão das adoções, como na questão da captura dos pombos e noutras matérias, também, que não foram aqui abordadas, como na questão das esterilizações no âmbito do Projeto CED e nas esterilizações sociais, que não sendo no âmbito do Projeto CED, mas que foram contempladas no novo regulamento que fizemos durante este mandato relativamente ao bem-estar animal.

Esta foi uma área em que apresentámos muitas propostas, desenvolvemos muito trabalho e, agora, tivemos esta espécie de prémio que foi no ranking da DGAV, onde os 308 municípios são notificados a prestarem informação relativamente ao trabalho feito, tanto na questão da vacinação, como nas adoções e como na captura. Demos um salto grande e estivemos ao nível do distrito, fomos o concelho que mais se destacou, tanto na área das adoções como na área das esterilizações.

Relativamente à questão dos pombos, passamos a ter condições que não tínhamos anteriormente, porque a vacaria que existia ela foi melhorada para podermos, para além daquilo que é a nossa obrigação quanto aos animais de companhia, também poder dar resposta a outro tipo de animais que, por vezes, existem, como por exemplo ovelhas, animais de pastorícia. Também fizemos uma seção nessa antiga vacaria para os pombos.

Aquilo que temos vindo a fazer na cidade é a recolha dos animais, alguns deles efetivamente apresentam algumas doenças e por isso não são viáveis, outros ficam ali no pombal e têm vindo a desenvolver-se e têm vindo a ser alimentados devidamente, porque em muitos sítios da cidade, como sabem, as pessoas alimentam os pombos, mas não da forma mais adequada e tal como já tinha dito aqui e volto a dizer, e na Comissão de Ambiente também o fiz e naquela altura não havia pombal e agora já existe, a poderem visitar o CROAC e a perceber realmente o trabalho que ali é feito. Se algum deputado municipal ainda não teve a oportunidade de visitar o CROAC, poderá ir e ver exatamente o que é que se passa lá para não estar a falar de cor e levantar aqui suspeições que, julgo, que não se coadunam com o trabalho que se tem feito naquele setor.

Relativamente às questões do lago do Bonfim, a limpeza é feita pela Câmara Municipal e também pela empresa LIMPERSADO que faz a limpeza do fundo e que retira as águas todas quando elas têm que ser mudadas, o que normalmente é feito mensalmente. Não são utilizados produtos químicos e nem nada desse tipo de produtos, porque temos muitos animais, mais patos, no lago e temos que ter muito cuidado com o tipo de lavagem para não prejudicar esses mesmos animais.

Não sei se respondi a tudo, porque estava lá fora e não compreendi bem, mas julgo ter respondido.



Carla Vilhena (PPD/PSD) – Não queria intervir, mas a Sra. Vereadora falou aqui em algumas questões que gostava que fossem mais aprofundadas.

Referiu as ovelhas, mas tem noção que animais têm acolhido, quantidades, valores, o que é que têm feito com esses animais, têm doado, não têm doado, têm vendido, o que é que têm feito? Não faço a mínima ideia.

Segunda questão, com a delegação de competências que aí vem para os municípios, sabe que uma das competências é que a inspeção veterinária comece a inspecionar todos os animais que vão ser exportados, e que vão estar nos portos marítimos. Isto acarreta que os veterinários, técnicos e engenheiros zootécnicos tenham que ser assimilados pela câmara, ou por novos contratos ou por via da Direção Veterinária para fazer esse tipo de trabalho.

A minha pergunta é se já pensaram nessa questão? É uma situação muito delicada e aí a lei de bem-estar animal, também como a lei da transação internacional é extremamente importante. Como fala tanto no bem-estar animal, deve saber muito bem do que estou a falar, quais as condições em Setúbal que existem para essas saídas de animais. Já se fala que o Porto de Setúbal, ou já falaram, sobre dar alguma dignidade na entrada de animais para os navios com destino a Israel. Sei que no Porto de Sines os animais entram nos navios com dignidade, não entram com pernas partidas, não partem as colunas, não sofrem, não choram...

Agradecia que um dia fossem lá para ver. Até Israel morrem muitos animais e são esses animais que depois são dados, se calhar, a comer às outras pessoas, se não queremos para nós, também não queremos para os outros.

Tudo isto, mais tarde ou mais cedo, vai ser passado para as competências da câmara, como bem sabem e tem que se dar um passo à frente e estar-se preparado para o que aí vem. Pergunto à Sra. Vereadora se já estão preparados e se sabem o que é que estão a preparar para a próxima delegação de competências.

Vereadora Carla Guerreiro – Vou tentar responder rapidamente a estas duas questões, sendo que na primeira, muitas das vezes, os animais que nos aparecem têm a ver com pessoas que têm rebanhos ou que têm outro tipo de animais, por exemplo, já nos apareceram cavalos de pessoas que os abandonam. Nós precisávamos de ter uma resposta, nem que fosse temporária, porque essa competência é da DGAV, mas a DGAV, infelizmente, se os animais não tiverem chipados não os recolhe e a câmara acaba por fazer sempre essa função. Como é óbvio não podemos deixar este problema sem resposta e orgulhamo-nos de ter agora instalações com condições onde podemos recolher estes animais.

Relativamente às outras questões que a senhora deputada colocou, claro que será matéria para o próximo mandato, mas ao contrário de todas as transferências de competências, no que diz respeito ao bem-estar animal e das competências que têm a ver com animais, curiosamente o decreto encontra-se suspenso pela Assembleia da República desde 2019, julgo, e ainda não foi dado seguimento. Não sabemos se ele foi suspenso e se vai deixar de estar suspenso ou se vai ter uma nova redação, o que sabemos é que recebemos algum tempo atrás uma proposta de lei com algumas alterações.

Esta matéria é realmente muito sensível, sabemos e já recebemos algumas queixas dos médicos veterinários e da Ordem dos Médicos Veterinários, porque existem aqui questões que têm a ver com o bem-estar, mas também há aqui questões que têm a ver com saúde pública e julgo que será uma discussão para o próximo mandato e que será, com certeza, um tema que vai ocupar muitas Câmaras Municipais e a Administração Central, porque há competências



que, do meu ponto de vista, não estão em condições para passar para cada um dos municípios e que deveriam ser tratadas pela DGAV como têm vindo a ser até agora.

Quanto à questão dos animais, percebo, é uma preocupação que tenho e eu própria também já assisti a esse embarque aqui em Setúbal, a câmara já esteve e já assistiu a esse embarque, e conhecemos bem a situação e acompanhamos muito bem.

Muito obrigado pelas suas palavras, mas é aquilo que lhe posso transmitir neste momento.

3. Deliberação n.º 188/21 - Proposta n.º 34/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Frei Pedro Lagarto 2A, em Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Suzel Costa (PAN) – Nesta proposta trata-se aqui de uma desafetação de domínio público, identificada como logradouro com uma área de 65/70 m², ocupada, de facto, pelo requerente. Ora a visão que o PAN tem para a cidade e que, julgo, até que faz parte do novo PDM, tinha a ver com uma visão do princípio da não impermeabilização e a criação de espaços verdes e equipamentos de proximidade que não se coaduna com o princípio da não preservação de logradouros, que entendemos ser fundamental na visão desta cidade de modo a harmonizar a natureza com o urbano e de modo a não a fragmentar mais. Dito isto o PAN vai votar contra.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

4. Deliberação n.º 189/21- Proposta n.º 35/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Teodósio Rodrigues de Faria, na Quinta do Hilário, em Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.



5. Deliberação n.º 190/21- Proposta n.º 36/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua da Vontade, em Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

6. Deliberação n.º 211/2021 – Proposta n.º 42/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 3830 m2, sita em Poço Mouro, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

7. Deliberação n.º 212/2021 – Proposta n.º 43/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 5337,48 m2, sita em Quinta da Amizade, na Freguesia de São Sebastião

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

8. Deliberação n.º 213/2021 – Proposta n.º 44/2021 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 83 m2, sita em Rua dos Pinheirinhos, na Freguesia de São Sebastião

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.



Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 19 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 1 voto contra do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

9. Deliberação n.º 221/21 – Proposta n.º 29/2021 – DURB/DIPU – Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal, após realização da conferência decisória da Reserva Ecológica Nacional do Município de Setúbal

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por maioria, com 5 votos a favor da CDU, 3 abstenções do PS e 2 votos contra, 1 do PAN e 1 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Manuel Fernandes (PS) – O Plano Diretor Municipal: O tempo disponível para debater este assunto será sempre escasso, dada a complexidade e a abrangência do documento O Decreto-Lei n.º 80/2015 regulamenta o Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, caracteriza os PDM como *“um instrumento de definição da estratégia municipal ou intermunicipal, estabelecendo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial ao nível local ou sub-regional”*.

São imensos os objetivos a concretizar com a elaboração do PDM. O Partido Socialista destaca 4 objetivos fundamentais.

O PDM deve formular uma visão estratégica, elencar os projetos e subprojectos e prever o período de realização e a forma de financiamento, e ainda, deve articular os planos e projetos em curso com os novos que se propõem realizar.

Os planos municipais devem ser obrigatoriamente revistos quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território, identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido.

Não posso deixar de assinalar, compreendendo as razões para algum atraso, que a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal para o Concelho de Setúbal, tenha tido lugar, justamente na última Assembleia Municipal, do último mandato da CDU, e já em período de pré-campanha eleitoral para umas eleições autárquicas, ficando para trás 20 anos de mandatos da CDU de forma ininterrupta e 27 anos de vigência do plano que ainda hoje vigora.

Pese embora o facto do Partido Socialista não se rever em grande parte do documento agora apresentado, devemos, no entanto, evidenciar o papel dos técnicos e profissionais da autarquia na sua realização. Se é verdade que a complexidade e a abrangência deste documento teve início em 2004, foram os últimos 4/5 anos, com uma maior intervenção dos nossos profissionais, que a elaboração do PDM ganhou forma. A nossa discordância não é para com o resultado do trabalho técnico, mas sim para com as opções e prioridades políticas.

Pela leitura do texto de revisão, depreende-se que quem decidiu politicamente sobre o documento, teve a intenção de listar quase tudo que pudesse ser equacionado. Prometer tudo não custa, o que custa é realizar, para isso são precisos meios, e os meios são limitados e finitos e é na afetação dos recursos limitados que se tomam opções e se devem definir prioridades.

Os investimentos previstos e atribuição de prioridades do PDM tem um horizonte de 10 anos, e é para esse período que são apresentados os programas de execução e plano de financiamento e a fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.

O investimento total previsto para os 10 anos é de 568,6 milhões de euros, sendo o investimento municipal de 439,6 milhões (77,3%).

A primeira questão que se levanta desde logo, e a que não se encontra resposta nos documentos de revisão do PDM, é como é que a Câmara vai ter capacidade para investir uma média anual superior a 40 milhões de euros/ano, quando a média dos últimos 4 anos foi pouco superior a 12 milhões e o ano de maior investimento, em que foi alcançado e ultrapassado foi em 2018, o valor foi de 15,9 milhões. Isto consta no Relatório e Contas.

Não deixa ainda de ser curioso, que a candidatura da CDU à autarquia tenha anunciado recentemente na televisão um investimento no concelho de Setúbal de 300 milhões de euros nos próximos 18 meses, mas no PDM, documento oficial que iremos votar agora, estejam apenas previstos 221 milhões para os próximos 4 anos. (prioridade alta)

É caso para dizer que os anúncios megalómanos agora morrem logo à nascença.

São imensas as divergências e as incoerências encontradas num documento tão estruturante para o futuro do concelho. Não terei tempo de os elencar todos, tentarei evidenciar alguns.

Na habitação:

- Em relação à Habitação são sobejamente conhecidas as carências de Setúbal quanto a habitação de cariz social, destinada a populações de baixos rendimentos.
- Há quase três décadas que a autarquia não constrói qualquer fogo habitacional e o investimento na recuperação dos existentes tem sido muito baixo: apenas 2,5 milhões de euros no somatório dos anos de 2015 a 2019
- Neste momento, e no âmbito do PRR, existem vários programas no contexto do 1º Direito, que a Câmara Municipal, deve assumir como de prioridade alta, por forma a colmatar o grave problema do acesso a habitação em Setúbal,
- Ao longo dos documentos do PDM não se encontra referências a bolsas de terrenos para construção destinados a habitação com renda acessível ou renda social

Na mobilidade:

- Destacam-se a conclusão da circular externa de Setúbal e a circular interna de Setúbal, mas ambas apenas a partir do 8º ano do Plano (investimento total de 12,2 milhões de euros).
- De igual modo, o prolongamento à EN 379, Sesimbra-Azeitão, num montante de 3,5 milhões de euros está previsto para os últimos dois anos. Prioridade baixa.
- Teremos mais de 6 milhões em obras relacionadas com a mudança do viaduto das fontainhas, que poderiam ser aplicados em obras mais estruturantes do ponto de vista da mobilidade, como são as duas circulares (circular externa e circular interna) para aliviar a pressão do tráfego no interior da cidade.
- Está elencada a criação de estacionamento em superfície, mas sem verba atribuída, portanto estacionamento tarifado, e estão previstos apenas 500.000 euros para criação de parques de estacionamento de rebatimento, o que nos parece bastante insuficiente para dar resposta às necessidades daquilo que o próprio plano de mobilidade sinaliza e que considera como prioritário
- Pelas opções de investimentos (valores e anos), não há uma verdadeira política de acessibilidade e mobilidade no sentido de criar novas infra estruturas e acessos à cidade, de criar estacionamento não tarifado, bem como de criar vias alternativas que permitam às empresas e pessoas que se deslocam para os arredores não terem que entrar na cidade.



No ambiente:

- Na área do Ambiente (cidade verde e saudável), espaços verdes de recreio e lazer, estão contempladas 11 intervenções, num total de 12,5 milhões de euros, 5 milhões investimento municipal.
- No entanto, e de acordo com o Plano, até 2025 apenas será criada uma zona verde em Setúbal, na Quinta da Amizade.

No desporto:

- Não é feita qualquer referência a investimentos em equipamentos desportivos municipais no concelho.

Na economia:

- Nos estímulos à atividade económica, encontramos uma referência ao Polo tecnológico de Setúbal, diz-se que se trata de um projeto ambicioso a ser desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior e o empresariado mas o investimento de 10 milhões de euros está previsto apenas para os dois últimos anos do Plano sendo classificado de prioridade baixa.

Na classificação dos solos:

- Nos termos do art.º 85 e seguintes do Regulamento, em solo rustico só é permitida a construção em prédios com área igual ou superior a 4 hectares, o que inviabiliza na prática qualquer construção ou legalização na maioria dos terrenos, sendo certo que para muitos proprietários que adquiriram pequenas parcelas com uma determinada perspetiva no PDM em vigor ao longo destes 27 anos, saem certamente frustrados. Esta norma só vai favorecer os grandes proprietários.

Pelas razões expostas, o Partido socialista entende haver razões factuais e objetivas para não votar favoravelmente a presente proposta para o Plano Diretor Municipal. No entanto, e pelo facto de a revisão deste Plano Diretor Municipal se arrastar desde 2004 (17 anos), com tudo o que esse tempo implica de atraso para o investimento e desenvolvimento do concelho de Setúbal, não nos iremos refugiar numa postura cómoda política partidária. Não nos revemos nas prioridades definidas, nem na aplicação de alguns parâmetros urbanísticos. Mas sendo o Partido Socialista, um partido responsável estando na oposição ou na gestão do município, nunca seria fonte de bloqueio de um documento estruturante que, ainda assim, servirá para atualizar a organização do território permitindo com isso trazer investimento para Setúbal. Desejamos e esperamos que o documento agora apresentado possa, já no decorrer dos próximos tempos, ser alvo das adaptações que entendemos ser necessárias, que visem a sua otimização e adaptação em dar cumprimento á nossa visão política, de um concelho que aposta na eliminação da segregação social, que aposta na educação e formação dos seus munícipes, que aposta em políticas que potenciem hábitos de vida saudáveis, um concelho que tenha capacidade de regeneração e de atratividade, capaz de atrair investimento, que traga desenvolvimento económico, que crie emprego e seja capaz de atrair novos residentes, não numa perspetiva meramente quantitativa, mas de regeneração do próprio tecido social, urbano e populacional, onde possamos materializar os nossos sonhos e ambições.

Por estas razões o Partido Socialista optou pelo voto da abstenção.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Relativamente à apreciação da revisão do PDM, não vou ser tão extenso como foi o deputado anterior, até porque tive o privilégio de ter a discussão na Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade e vou-me cingir às contradições que, no nosso ponto de vista, teríamos outro rumo a dar a este documento.

Primeiro tenho que enaltecer o trabalho dedicado e de qualidade dos trabalhadores da câmara e de todos os consultores que estiveram na feitura deste documento.

Tratando-se de um documento estratégico que permitiu, ao não estar aprovado, que a câmara tivesse a possibilidade de, certo modo, indo comprometendo algumas soluções futuras, não deixamos de referir que, mesmo ao fim de 17 anos, é bem-vindo, embora politicamente não teríamos as mesmas prioridades, daí anunciar já o nosso voto contra.

Não quero deixar de elencar algumas contradições. No próximo mandato, isto em termos de plano de investimentos, estão previstos só para a área de abastecimento de água e de saneamento entre 60 e 70 milhões de euros. Isto revela que a câmara não investiu nos últimos anos o suficiente, razão pela qual o próximo executivo, seja ele qual for, vai ter que priorizar as obras que deveriam ter sido feitas ao longo dos anos.

Por outro lado, há zonas sem saneamento ainda, coisa que nos preocupa muito e, segundo os documentos, existem cerca de 50 mil pessoas que ainda hoje contribuem para a poluição do Sado, o que é de todo inaceitável, do ponto de vista ambiental.

Em termos de acessibilidade e considerando que é estratégico as acessibilidades, quer na circular norte poente, quer na circular interna, acho que os documentos consideram estratégicos, mas não lhe dão prioridade nenhuma, ou seja, o investimento está deixado para o fim dos 10 anos.

Por outro lado, tive o cuidado de chamar a atenção, embora tenha ouvido com toda a calma e estivesse nesse dia muito nervoso, os traçados que são definidos, nomeadamente na circular externa, deveriam ter sido desenhados com base em estudos prévios, com análises de custo de benefício.

Eu próprio dirigi um documento, um pedido ao Sr. Presidente da Assembleia, mas não tive resposta. O meu contributo, em termos de chamar ou apelar a essa sensibilidade não obtive resposta, portanto vou partir do princípio que os traçados, os quais são corredores que se definem e que os projetos de execução têm para serem conseguidos dentro desses corredores, se não o forem vão acarretar custos enormíssimos, nomeadamente a nível de expropriações, daí o planeamento ser muito importante e ser suportado por estudos que deem algum suporte à materialização dos projetos de execução subsequentes.

Por último, e já manifestando o nosso voto contra, não pela feitura do documento, mas pelas opções tomadas, embora as prioridades possam ser alteradas, há algumas que ficam condicionadas, nomeadamente as de abastecimento de água e do saneamento. É o que deixo de análise e de voto do PDM de Setúbal para os próximos 10 anos.

Suzel Costa (PAN) – Tinha levantado o braço ainda no final das últimas votações das desafetações, porque há uma das propostas que não me lembro de ter votado ou o que é que votei e posso ter votado errado. O Sr. Presidente só viu agora quando estávamos já nesta proposta.

Conhecendo o PAN o PDM como instrumento, um Plano de Ordenamento do Território Municipal e de forma a assegurar a harmonia nos usos do espaço, entendemos que a configuração como se procura para esse equilíbrio deriva, de facto, de uma decisão política, de uma visão para o desenvolvimento do concelho num horizonte temporal de 10 anos, que não é a nossa.

Na visão do PAN, congratulamo-nos, desde já, embora tenha sido iniciado em 2004 o processo participativo implementado na revisão do PDM, surgiram, salvo erro e se não me falha a memória, 192 propostas, 192 participações.



Congratulamo-nos com as pessoas que se esforçaram para debater este PDM, embora achamos que o número ainda seja um pouco deficiente.

A proposta do plano de revisão do PDM aqui apresentada refere que pretende assegurar uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais e ambientais do concelho.

A visão estratégica que aqui nos traz hoje, enferma naquilo que, na nossa perspetiva, são falhas profundas que desde logo um dos quatro eixos estratégicos, Setúbal, Plataforma Portuária, Logística e Empresarial, estamos perante políticas que revelam, portanto, uma clara dissonância entre o discurso e a prática.

Portugal já tinha sido notificado por incumprimento das diretivas na área da conservação da natureza, as dragagens para o estuário avançaram e são um excelente exemplo da obra que teria sido inviável se o sítio costa de Setúbal, bem como a expansão dos valores da região biogeográfica do mar atlântico, do sítio de interesse comunitário Estuário do Sado tivesse já sido implementada.

No âmbito das extensões destas disposições, das diretivas a habitats da orla marinha de Portugal Continental, verificou-se que os *sites* (sítios Natura 2000) já não eram suficientes sequer para a conservação do roaz. O desenvolvimento de Setúbal, Plataforma Portuária, Logística e Empresarial nunca teria sido possível.

Deste modo, a expansão e o desenvolvimento da atividade portuária, o tráfego dos navios se tenha massificado em Setúbal, o projeto da marina, para nós, é um paradoxo com aquilo que se pretende da cidade verde, da cidade sustentável, do desenvolvimento sustentável e da preservação de recursos.

Como é que pode Setúbal querer ter um desenvolvimento sustentável e alinhado com uma agenda de descarbonização, quando simultaneamente permite, aceita e promove mudanças profundas como ocorreram no Estuário do Sado, ou agora com este eixo da plataforma portuária e logística.

Não nos esqueçamos que em 2014 o Estado retirou a candidatura da Serra da Arrábida a Património Mundial e Cultural da UNESCO. Não era possível ter um património mundial com pedreiras e uma fábrica lá dentro.

Esta visão é a que temos agora com o site Natura e com a expansão do porto.

Para o PAN o modelo sustentável para Setúbal, ambientalmente direcionado para o turismo, a pequena indústria, o comércio e moderada atividade portuária, não nos esqueçamos que temos o porto de Sines aqui a 60 Km, e não o modelo baseado nas grandes infraestruturas portuárias. O transporte marítimo terá um impacto tremendo, dantesco na qualidade do ar, nos habitats e no clima. Como irá Setúbal cumprir os seus objetivos de descarbonização e da conservação do Estuário do Sado ao alcançar a neutralidade carbónica até 2050, aumentar a resiliência da cidade, as alterações climáticas, como diz a contradição, que para nós é óbvia. Ainda assim, congratulamo-nos com o esforço de delimitação da reserva ecológica nacional do Município de Setúbal, que corresponde a 66% da área do concelho, 21.861 hectares, dos quais 6.690 mil correspondem a praias e faixas marítimas de proteção costeira.

A REN, a principal estrutura biofísica que incorpora todas as áreas pelo valor e sensibilidade ecológica ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial e que pretende contribuir, de facto, para a ocupação e uso sustentável do território. Dado que até então o município, apenas, tinha delimitado como REN a área da Mitrena, mas, no entanto, não podemos deixar de referir como negativo as 392 exclusões às propostas da REN, algumas em sapais, para o terminal SECIL do Outão, algumas em zonas ameaçadas por

cheias para o Centro Histórico de Setúbal e nas áreas urbanas consolidadas das atividades portuárias.

Senhora Presidente, o executivo, de facto, quer o sol na eira e a chuva no nabal. A reboque do desenvolvimento portuário, as dragagens de aprofundamento do canal foram permitidas e até hoje continuamos à espera dos resultados de monitorização efetuados e dos resultados respeitantes aos reais impactos das mesmas. A reboque desta visão estratégica, que hipoteca a rede Natura de 2000 para sempre, pretende agora o executivo excluir áreas de REN para a expansão do porto e o mesmo se verifica com as zonas ameaçadas pelas cheias, onde se pretende a exclusão do espaço das atividades portuárias.

Elencamos, ainda, que as reservas da CCDR e do ICNF, que as tem e que emitiu até parecer desfavorável, e que, independentemente, da aprovação aqui em sede de assembleia terão que ser sempre ratificadas em Conselho de Ministros. Assim, o PAN não pode, também, acompanhar este PDM.

João Luz (CDU) – Gostava de começar a minha intervenção para procurar esclarecer uma coisa que já por diversas vezes nesta assembleia trocamos algumas ideias sobre esta matéria, até porque estive envolvido diretamente no processo e não ficaria bem se não o dissesse.

É absolutamente falso a ideia de que o Estado Português tenha retirado a candidatura da Arrábida a Património Mundial pela existência de cimenteiras e pedreiras. Existem dois relatórios de peritos internacionais que visitaram a Arrábida e que a sua conclusão é pela inexistência de valores únicos e excecionais na Arrábida que justificassem a sua classificação. Estes são os relatórios que determinaram a retirada da candidatura, relatórios que não são passíveis de contraditório e que justificaram que a própria Comissão Nacional da UNESCO, mesmo tendo em conta a existência das diversas atividades económicas no Parque Natural, aconselhasse ou desse como hipótese que os municípios da região e o ICNF procurassem elaborar uma candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera.

Tenho ouvido, sistematicamente, esta questão de ter sido este o motivo da retirada da candidatura e isso não corresponde, minimamente, à realidade.

Hoje já tivemos aqui, por um lado, a deputada do PSD que questionou o executivo sobre o próximo mandato, dando como garantida aquilo que é a vitória, mais do espetável, da CDU nas próximas eleições e tivemos depois o deputado do PS naquilo que são as intervenções que habitualmente faz. Pessoalmente, entendo que ele não acredite naquilo que vai dizendo, mas apostando no protesto pelo protesto, dando nota de uma abstenção nesta matéria, que para nós é uma abstenção natural que é a abstenção de quem não se quer comprometer, por um lado, e de quem sabe que não vai ter responsabilidades no futuro e na gestão do município e também a gestão de quem quer continuar no plano da campanha eleitoral a apostar em projetos, esses sim, megalómanos, como equipamentos pesados no centro da cidade, ou como uns passadiços nas praias da Arrábida em clara violação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Mas enfim, é o que estamos habituados.

Este processo da revisão do PDM teve, de facto, o seu tempo, demorou e chega agora ao fim. Foi um processo longo que teve pelo meio alterações no quadro legal em matéria de urbanismo e de planeamento, alterações dos planos de hierarquia superior, como o PROT da AML e o POC Espichel a Odeceixe.

Como aqui já foi referido, é sempre interessante e nós não o deixamos de fazer, foi elaborado e foi um trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, em particular pela Divisão de Planeamento Urbanístico, não saudamos só o trabalho realizado, saudamos também o



conteúdo desse trabalho, o rigor com que foi feito, o recurso aos serviços pontuais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, também, da Universidade de Lisboa, no quadro de uma metodologia de planeamento onde foram elaborados um conjunto alargado de estudos e planos prévios para áreas chaves, para áreas específicas que enquadram e depois dão corpo ao PDM.

Há, de facto, aqui uma estratégia de desenvolvimento territorial e é isto que, de alguma forma, vai incomodando outros. É que há uma estratégia assente numa visão em desafios, em objetivos gerais e estratégicos, objetivos específicos, programas, medidas e ações. Há a afirmação de Setúbal neste PDM no contexto regional e nacional, assente num progresso de qualificação, coesão e sustentabilidade territorial.

Este é um PDM, não o deixamos de referir, com um plano de financiamento, constituído por 263 projetos para um prazo de 10 anos e com investimento global de 568 milhões de euros.

O caráter inovador, quer pela forma, quer pelo conteúdo com que este PDM foi elaborado, não deixou de ser reconhecido, quer no Plano Nacional pela Comissão Nacional do Território, designadamente integrando no PDM como boas práticas para a elaboração dos PDM e também a sua menção em revistas internacionais de referência na área do ambiente como a *Sustainability*. Isto dá-nos alguma nota, para lá daquilo que é o quadro normal da discussão e do debate partidário nos órgãos municipais e da avaliação que é feita por outros do trabalho desenvolvido e da qualidade do mesmo.

Salientamos, também, a participação pública e os cinco meses em que o PDM esteve sob escrutínio público e à apresentação de mais de 150 participações, a maioria das quais foi acolhida na proposta que hoje aqui discutimos.

Este PDM integra uma visão de desenvolvimento do concelho em harmonia com o ambiente e a qualidade de vida. Entendemos que esta visão de desenvolvimento não é incompatível em termos do desenvolvimento económico, o crescimento e o progresso com a qualidade ambiental e a qualidade de vida do concelho. Impede a prática casuística e a ideia de que o concelho é uma manta de retalhos ao sabor das conveniências do momento. É um PDM que projeta este concelho para o futuro e tem em conta os principais desafios a enfrentar, rejeitando soluções aberrantes do passado.

Vitor Rosa (BE) – Começaria por aquilo que é, logo na primeira página do documento que nos foi facultado, *“A Visão Estratégica, que sustenta o modelo de organização territorial, tem como ambição – Atribuir a Setúbal a liderança e uma forte influência na Península de Setúbal, assim como em parte do Alentejo...”* Digo já que nos iremos abster relativamente a esta proposta do PDM, ou este documento do PDM, porque para quem tem gerido o município nos últimos 20 anos e a prática que, também, nos tem trazido não tem sido nesta visão e nesta liderança, porque o próprio concelho tem continuado a manifestar insuficiências significativas e não será este documento que irá reverter esta posição.

Depois dizer que relativamente aos eixos estratégicos, no fundo, há esta interligação, temos aqui o 2, 3 e 4, mas temos também as nossas reservas quanto à capacidade de interação e de interligação. Quanto aquilo que podemos dizer, o município comprometido com a qualificação ambiental, mas depois todo o outro lado que são as obrigações, as plataformas portuárias, logísticas e empresarial. Mesmo que se diga que é possível fazer esta harmonia entre a defesa do ambiente, a qualificação ambiental e o investimento empresarial, temos as nossas dúvidas relativamente àquilo que tem sido esse exercício durante os últimos anos.

Quanto ao programa de investimentos, de facto, 263 projetos em 10 anos com este valor, julgo que há aqui coisas que poderíamos nós, também, acrescentar e ultrapassar estes valores, porque as carências do concelho revelam a necessidade de existir mais investimentos, mais projetos e essa quantificação financeira ser ultrapassada, até porque, e aqui foi referido, se existe um candidato que propõe para estas eleições e que diz que tem um projeto de 300 milhões para ser executado em 18 meses, julgo que era possível irem mais longe neste PDM. Por fim, em contraponto, também dizer que a criação de incentivos fiscais e urbanísticos destinados à promoção de projetos que concretizem a estratégia de desenvolvimento municipal definida no plano, é um exercício que esta oposição tem referido ao longo dos últimos anos e que era possível e desejável se fazer incentivos fiscais e urbanísticos para maior investimento no nosso concelho.

Consideramos, contudo, que este é um documento que não é estático, não é um documento que ficará completamente paralisado e que é possível que, através de mais propostas, de mais investimentos e de outras ideias a acrescentar a este PDM, que é possível melhorá-lo e nesse sentido vamo-nos abster.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Até poderia sequer não fazer a defesa da honra, porque as pessoas às vezes são tão baixas e mínimas que nem sequer vale a pena, mas aqui só para esclarecer que a senhora vereadora respondeu, mas não respondeu praticamente nada daquilo que pedi. Tudo aquilo que diz, já o disse sistematicamente em assembleias anteriores sobre o bem-estar animal e, hoje, quase que admitiu que não sabe bem a lei.

Quando o senhor deputado João Luz vem aqui dizer que eu reconheço a vitória, não, porque a senhora vereadora ao vir aqui demonstrar que ainda não está dentro do processo, e que é só para a próxima legislatura, porque um processo tão complicado e se ela achasse que vocês ganham as autárquicas, já tinha dado o corpo ao manifesto. Como vocês estão com problemas se ganham ou não, o trabalho vai para trás das costas.

João Luz (CDU) – Não quis, de forma alguma, pôr em causa a honra de quem quer que fosse, mas se a senhora deputada se sentiu ofendida, não lhe deixarei de dizer que, até depois da intervenção, fica mais comprovado isso. Aqui neste microfone, o que a senhora deputada questionou foi o que a CDU iria fazer no próximo mandato. E isso é um cabal reconhecimento daquilo que todos estamos à espera que é uma vitória da CDU nas próximas eleições autárquicas.

João Viegas (CDS-PP) – Em primeiro lugar, quero dar nota de que temos aqui dois aspetos que devemos refletir. Um é a questão da oportunidade, do facto de estarmos a discutir um tão importante instrumento na última assembleia deste mandato e era desejável que tivesse sido feito antes. Sei que houve um conjunto de condicionantes, hoje por acaso estive a rever a primeira ata deste mandato e uma das perguntas que foi feita foi exatamente quando é que iríamos ter a revisão do Plano Diretor Municipal concluída. Mas depois olhando para o próprio plano, a importância e aquilo que temos acompanhado, agora voltando um bocadinho às campanhas eleitorais, dito por todos os candidatos em Setúbal e em muitos outros concelhos, é termos um Plano Diretor Municipal atualizado. Julgo que faz mais sentido aprová-lo agora, porque, também, já percebemos que eventualmente o que se iria fazer era, ganhando a CDU as eleições, ou não ganhando, reabrir aqui um processo e quem sairia prejudicado seria o nosso concelho, seria Setúbal.

No meu entendimento, julgo que faz mais sentido termos este documento estratégico aprovado, independentemente de alguns dos pontos que foram aqui referidos e que são vários, que possamos ou não concordar com eles, do ponto de vista estratégico. Mas o facto de termos esse plano, que se arrasta há muitos anos a sua revisão, também nos deve fazer refletir um pouco sobre toda a legislação que é preciso mudar, as alterações legislativas, o facto de termos aqui planos de ordenamento, a questão do POT, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (estamos a fazer a revisão deste em Setúbal), mas temos um plano que há muitos anos e sucessivamente tem sido adiada a sua revisão. Depois também é difícil encaixar todas estas situações.

Em relação ao plano de investimentos, isso não invalida que outra força política que possa ganhar as eleições no próximo dia 26, não tenha aqui um instrumento de trabalho, até porque um plano poderá ter diversos e terá, certamente, muitas condicionantes, porque não é um documento fechado. Agora quando o objetivo é atrair investimento e todos dizem que o querem, é importante para quem chega, olhar e perceber que tem um instrumento, do ponto de vista da regulamentação adequada e que pode ter uma perceção em que locais é que se pode, do ponto de vista industrial, do ponto de vista comercial ter ou não expansão. Portanto é muito mais fácil trabalhar tendo, por base, documentos como este, é por isso que eles são uma obrigatoriedade e, infelizmente, temos muitos municípios que ainda não os fizeram, que estão muito longe de conseguirem rapidamente fazer a aprovação dos mesmos.

Dar uma palavra também aos técnicos da autarquia pelo trabalho que desenvolveram, num município como Setúbal e ter essa capacidade, mas também temos, infelizmente, na realidade do país muitos municípios que não sei como é que terão meios próprios, meios financeiros para desenvolver um trabalho com estas características.

O meu sentido de voto vai ser a abstenção, porque, do ponto de vista estratégico e de planificação, há muitos aspetos em que não me revejo, mas entendo que será sempre preferível ter um Plano Diretor Municipal atualizado do que não ter.

Presidente da Câmara – Chega finalmente ao fim o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal, com a apresentação do Plano a esta Assembleia Municipal para que o mesmo possa ser aprovado e enviado para ratificação pelo Conselho de Ministros.

Foi um processo tecnicamente complexo, que esteve sujeito a diversas alterações legislativas em matéria de urbanismo e ordenamento do território, incluindo a alteração de planos de hierarquia superior (PROTAML, POC Espichel-Odeceixe), que condicionaram de forma significativa o desenvolvimento dos trabalhos.

Este PDM foi desenvolvido internamente pelos serviços municipais, designadamente pela Divisão de Planeamento Urbanístico, do Departamento de Urbanismo, tendo-se recorrido pontualmente a serviços de consultoria especializada em domínios específicos, garantidos por empresas de reconhecido mérito e por duas instituições universitárias – a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, que garantiram o rigor científico a este instrumento de gestão do território do nosso Município.

Privilegiou-se uma metodologia de trabalho assente numa abordagem “*bottom-up*” no planeamento municipal, tendo sido elaborado um conjunto de estudos e planos urbanísticos para áreas chave do território, desenvolvidos em parceria com os proprietários e investidores.



Estes estudos e planos permitiram um aprofundamento do conhecimento das realidades locais e a definição de soluções urbanísticas integradas, suportando a estratégia de desenvolvimento territorial e o modelo de ordenamento da revisão do PDM.

A estratégia de desenvolvimento territorial definida pela Câmara Municipal assenta numa Visão, em Desafios, Objetivos Gerais, Eixos Estratégicos, Objetivos Específicos e em programas/medidas/ações.

A Visão Estratégica, que sustenta o modelo de organização territorial, tem como ambição - Atribuir a Setúbal a liderança e uma forte influência na Península de Setúbal, assim como em parte do Alentejo, através do reforço das suas potencialidades de polo de nível superior, nomeadamente através da atividade portuária, das atividades industrial/logística e turismo e através do compromisso com a qualificação do território.

O trabalho realizado resultou num PDM de última geração, suportado em informação técnica e científica rigorosa, abrangendo as diferentes dimensões territoriais (ambiental, social, económica, mobilidade), com uma estratégia de desenvolvimento integrado, comprometida com os atuais desígnios ambientais, nomeadamente com a adaptação e mitigação das alterações climáticas, com o reforço da competitividade da base económica local e regional e com a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

O programa de investimento no território municipal, materializado no Programa de Execução e Plano de Financiamento, é constituído por uma carteira de 263 projetos a concretizar por diferentes entidades e em diversas áreas, ao longo do horizonte temporal do Plano (10 anos), num investimento global (público e privado) a rondar os 568 milhões de euros. Os projetos distribuem-se por onze programas estratégicos, nomeadamente Mobilidade e Transportes, Abastecimento de Água, Saneamento, Drenagem de Águas Pluviais, Turismo, Planeamento, Ambiente, Habitação e Reabilitação Urbana e Equipamentos Coletivos, estando demonstrada a sustentabilidade financeira da Proposta de Plano e a capacidade financeira do Município para o executar.

As principais inovações trazidas pelo novo PDM são as seguintes:

- Um modelo de ordenamento de base ecológica, com integração dos riscos naturais, mistos e tecnológicos, da classificação acústica, do património cultural e natural e dos regimes de proteção das áreas protegidas e da orla costeira;
- A contenção da edificação dispersa em solo rústico;
- A valorização das áreas de Quintas de Setúbal e Azeitão, fomentando novos usos (turismo e equipamentos, a par da agricultura) e incentivando a reabilitação do património arquitetónico relevante através da majoração de índices urbanísticos, garantindo a salvaguarda das estruturas tradicionais das quintas e dos valores paisagísticos;
- A adoção de parâmetros urbanísticos condizentes com a prática observada nos restantes municípios da Área Metropolitana de Lisboa, conferindo maior competitividade a Setúbal na atração de investimento;
- A programação da execução urbanística assente em 28 unidades operativas de planeamento e gestão e em 38 subunidades operativas de planeamento e gestão, correspondendo a áreas circunscritas do território municipal para as quais foram definidos objetivos específicos, termos de referência e tipologias de execução;
- A criação de um sistema de incentivos fiscais e urbanísticos destinados à promoção de projetos que concretizem a estratégia de desenvolvimento municipal definida no Plano, a operacionalizar através de Regulamento Municipal;



- A necessidade de alteração dos Planos Especiais de Ordenamento do Território, designadamente do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado e do Plano de Ordenamento de Orla Costeira Sintra-Sado, em situações muito específicas, nomeadamente em acertos de perímetros urbanos, enquadramento de áreas de edificação dispersa e aglomerados rurais e resolução de alguns passivos urbanísticos (exemplo: 7.ª Bateria do Outão), implicando a ratificação deste novo PDM em Conselho de Ministros;
- E por último, o desenvolvimento do plano em ambiente SIG – Sistema de Informação Geográfica.

O caráter inovador do novo PDM de Setúbal foi reconhecido a nível nacional pela Comissão Nacional do Território, designadamente na sua publicação “PDM GO – Boas Práticas para os Planos Diretores Municipais”, sendo destacado o modelo de ordenamento de base ecológica e a integração dos serviços de ecossistema na infraestrutura verde municipal, e a nível internacional com a sua menção em artigos científicos publicados em revistas de referência internacional na área do Ambiente (Revista *Sustainability*).

Após a realização da Conferência Procedimental, realizada a 28 de junho de 2019, na qual participaram as entidades que integram a Comissão Consultiva, e das reuniões de concertação ocorridas, foi possível no ano seguinte, em 2020, dar início ao período de Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal.

Devido à situação pandémica, o período formal de discussão pública decorreu entre 25 de junho e 5 de agosto, embora os documentos da Proposta de Plano e o Relatório Ambiental tivessem ficado disponíveis para consulta pública de março a agosto de 2020. Ou seja, a Proposta de Plano e o Relatório Ambiental estiveram sob escrutínio público durante 5 meses, ao longo dos quais os interessados puderam apresentar propostas de alteração, reclamações e outras sugestões. Todos os documentos estiveram disponíveis na página eletrónica do Município, em formato PDF, e em formato georreferenciado no Geoportal de Setúbal, e foi disponibilizado um formulário eletrónico para submissão das participações, a par da disponibilização dos meios tradicionais de consulta do processo físico. Durante este período foram realizadas apresentações em todas as freguesias do Concelho e foram rececionadas cerca de 150 participações, que após análise e ponderação pelos Serviços Técnicos Municipais, foram na sua grande maioria consideradas no novo Plano.

Por isso caros amigos e caras amigas, só não deram sugestões, só não fizeram a sua participação quem não quis de todo, aproveitando de facto esta oportunidade para campanha política.

Não quero deixar acabar este ponto sem dar aqui um agradecimento muito, muito, muito especial e muito particular a todos os técnicos do urbanismo, através da sua Diretora de Departamento de Urbanismo, que está hoje aqui, a Arquiteta Rita Carvalho e ao Geógrafo Vasco Raminhas e cumprimentar através dos dois todos os técnicos do município e também de outros departamentos que de uma forma transversal trabalharam convosco nesta revisão. Dizer que foi notável trabalhar convosco, a notável entrega, a motivação, a responsabilidade e a grande preocupação de que este PDM fosse, de facto, finalizado, sendo que o seu atraso, a sua não aprovação condiciona de sobremaneira o desenvolvimento económico e social deste município e, também, a sua modernização.

Todos sabemos disto, só não sabe quem não quer saber, quem não tem boa intenção em relação ao município onde está inserido, sabendo de todas as dificuldades governamentais que normalmente todos os Governos se estão um pouco nas tintas para este tipo, sejam quais

forem os Governos pelos quais passamos, o número de meses, os anos que às vezes demoram a marcar até uma reunião para discussão da Comissão de Acompanhamento, que são necessárias. Todos sabem disso, todos sabem o número de municípios que ainda tem os seus PDM por resolver, por aprovar, encontrando-se igualmente com as dificuldades que Setúbal encontrou. Poucos conseguiram acabar, dos 308 municípios nem 50% ainda tem os seus PDM aprovados, sejam de que cor forem, por muitos problemas que não têm encontrado solução, apoio técnico, apoio político, às vezes, para a resolução de cada caso, porque cada caso é um caso extremamente complexo do seu município.

Dizer, ainda, que é um orgulho muito grande chegar ao fim deste mandato com este caminho feito, com este caminho percorrido e ter feito esta contribuição especialmente neste documento vital para o desenvolvimento de qualquer território, neste caso do nosso. Ter chegado ao fim com esta coroa de glória no mandato da CDU é para mim, e julgo que posso falar por toda a equipa que liderou esta câmara, motivo de grande orgulho e de grande glória. Haverá erros, há com certeza, não há paraísos na terra e nem há pessoas perfeitas e nem robots, que erram dependente de quem os programa. Haverá erros, há com certeza, há que fazer o caminho para se irem retificando, para ir melhorando e todos aqueles que continuarem a vida neste município, a gestão e o desenvolvimento neste município terão essa responsabilidade de ir fazendo o caminho, de ir melhorando o território, de ir aperfeiçoando aquilo que pode estar menos bem.

Nos fartámos de trabalhar, nos fartámos de caminhar, de lutar para que este território tivesse um documento de elevada qualidade, que viesse de encontro à resolução dos problemas do território para o seu desenvolvimento, foi feito esse trabalho. Muito obrigada a todos, muito obrigada ao executivo que nos acompanhou e a todos aqueles que participaram, com as suas reclamações, com as suas discussões, com as críticas, etc., etc., muito obrigada a todos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 de AC, 5 votos contra, 4 do PPD/PSD e 1 do PAN, e 12 abstenções, 9 do PS, 2 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “O Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) encontra-se em revisão desde 29.05.2004. Esta demora criou expectativas, eventualmente excessivas, e tornou as opções estruturais, entretanto tomadas, pouco consensualizadas, perdendo dimensão estratégica. Muitas das dificuldades e insuficiências geradas pelo desatualizado PDMS em vigor (10.08.1994), mantiveram-se por demasiado tempo, prejudicando o desenvolvimento do território. O PDMS está há mais tempo em revisão (17 anos), do que em efetividade plena (10 anos).

Com todo este tempo, a Revisão do PDMS (RPDMS) tinha tudo para gerar um consenso alargado para o desenvolvimento urbano e territorial da cidade e do concelho. Mas terá sido isso que aconteceu?

Do ponto de vista formal o RPDMS responde, no geral, ao que a lei e as boas práticas recomendam para os chamados Planos de 2ª Geração. No entanto, quer ao nível da sua capacidade de comunicação, quer o nível da sua monitorização, esta revisão do plano torna-se difícil de compreender e de avaliar. Os estudos municipais complementares encontram-se, alguns deles, muito desatualizados, dos quais a Carta Educativa (2006) nos parece exemplar.



As realidades educativas e demográficas encontram-se muito alteradas nestes últimos quinze anos. É com base nelas que vamos tomar opções para os próximos 10 anos?

É também inexistente uma avaliação autocrítica, assim como, uma proposta de adaptação do atual modelo organizativo dos serviços municipais, face ao que se mostrará necessário e adequado perante os novos desafios que o plano preconiza. Este aspeto antevê as dificuldades da Administração na sua execução com a eficácia e eficiência, necessária para o implementar.

Na Visão Estratégica e nos desafios nela assumidos, os Objetivos Globais (OG) apresentados na RPDMS para os diferentes Eixos Estratégicos de Desenvolvimento (EED) e respetivos Objetivos Específicos (OE), medidas e ações (M), para responder à ambição gizada, verifica-se que os indicadores propostos para cada critério de avaliação dos fatores críticos de decisão (FCD) não estão formulados de forma a poderem ser compreendidos. O modo como se irá avaliar o grau de cumprimento daqueles objetivos (OG), dado que não são definidas metas (indicadores de execução) mesmo ao nível dos 12 Programas sugeridos, dificulta o entendimento como se poderá avaliar o seu grau de execução.

Para a proposta de ordenamento (planta de ocupação do solo e regulamento) também não existe qualquer programação, nem priorização, para a realização dos instrumentos urbanísticos ou para as unidades de execução a delimitar, preconizados para a execução do plano relativamente às diferentes unidades e subunidades operativas de planeamento e gestão (UOPG e SUOPG).

A previsão de autofinanciamento municipal proposta no Programa de Execução – Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira para os dez anos de horizonte do Plano é também ela uma falácia. A capacidade do Município de Setúbal em garantir a cobertura financeira do investimento municipal previsto na RPDMS é impraticável, mesmo considerando a evolução do IMI desde 2002 (6M€) para 2019 (23,5M€) que quase quadruplicou em termos absolutos, e duplicou em termos de peso nas receitas correntes do município (de 17% para 30%).

Se não vejamos, no plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira, n.º 3.7 - previsão de autofinanciamento municipal, os proponentes afirmam que a evolução do autofinanciamento de 2012 a 2017 garante que os investimentos municipais, previstos na presente Revisão do PDM Setúbal, serão financiados pelo superavit previsional para o período de 2018 a 2029. Esta afirmação é falsa!

Segundo o documento em análise, o pretenso “autofinanciamento municipal” é igual a:

“Receita corrente cobrada líquida + vendas bens investimento + ativos financeiros – despesas com pessoal – encargos correntes da dívida – transferências correntes – outras despesas correntes”.

Ora, a não inclusão na despesa corrente municipal da rubrica aquisição de bens e serviços (ABS) altera radicalmente os valores em apreço, por exemplo:

Em 2017, o pretenso “autofinanciamento municipal” atingiria o montante de 39 096 k€, já com a dedução da rubrica ABS, o valor é apenas de 12 963 k€ (menos de 1/3).

Ora, a ABS é a segunda rubrica mais importante das despesas correntes da CMS.

Se pretendemos uma avaliação da capacidade de autofinanciamento da autarquia, podemos optar, entre outras alternativas, pela regra do equilíbrio orçamental, prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, a saber:

Receita corrente cobrada bruta – (despesa corrente paga mais amortização média dos empréstimos MLP).

A aplicação da regra do equilíbrio orçamental às contas da CMS, no período de 2015 a 2019, (conforme valores indicados nos relatórios de gestão da autarquia), deu como resultado médio anual o montante de 7 173 k€.

Ora, para quem pretende investir, em média anualmente, 44 000 k€ ao longo dos próximos dez anos, comprova-se que o plano de financiamento apresentado está construído sobre um castelo de cartas mal-arrumadas.

A RPDMS na sua Visão Estratégica não coloca o acento tónico no que nos parecem ser os dois elementos estruturantes para Setúbal:

1- O Desenvolvimento Económico, através da criação de condições para o investimento privado sustentável e da aposta no capital humano;

2- A Preservação do Ambiente e da Paisagem como capital natural indispensável como recurso e ao bem-estar social dos seus habitantes e para quem nos visita.

Relativamente ao Desenvolvimento Económico, quais os investimentos previstos que promovem o investimento privado sustentável? O capital humano? Será o Parque Santiago que representa um dos falhanços históricos da governação comunista? Temos de esmiuçar estes investimentos, tais como o Polo Tecnológico, o Parque Logístico, a Incubadora de Empresas, o Parque Temático de Lazer, o Terminal 7, para perceber o retorno efetivo que têm para a economia do concelho? Ou para a criação de riqueza indispensável para melhorar a qualidade de vida dos Setubalenses?

Por exemplo, sabemos que a Reabilitação Urbana tem um papel muito importante na revitalização das cidades, em particular nos seus centros históricos, potenciando a criação de riqueza, pela atratividade que gera e pela qualidade de vida que promove e das valências culturais que fomenta. Reconhecemos até que, o município deve reabilitar os seus edifícios de forma exemplar, pondo-os ao serviço da comunidade ou de quem visita e investe em Setúbal. No entanto, não é isso que temos observado e o que se anuncia fica muito aquém do que seria desejável.

Destacamos aqui a aquisição de imóveis e intervenções em edifícios previstos no RPDMS, que representam uma percentagem substancial do investimento previsto. Aquilo que percebemos é que existe uma visão estatista e intervencionista, por parte do atual poder autárquico, que se vai prolongar de forma evidente neste novo PDM (ver Programa 7 e 10), sobrecarregando os contribuintes.

Propõe-se este criar ainda mais instalações municipais, muitas a adquirir/ampliar e todas a recuperar e a manter. Com os acrescidos custos de manutenção e de pessoal sem um efetivo retorno para a realidade económica, social e cultural setubalense. A isto poderíamos chamar de “Capitalismo Municipal”, que pretende através do investimento municipal, à custa dos nossos impostos, criar um sistema de controlo económico, social e cultural, gerando uma cada vez maior dependência dos cidadãos e a subserviência da sociedade civil. O investimento reprodutivo, eficiente e proporcional às necessidades das famílias e das empresas, não é aqui tido em conta.

Se algumas propostas podem ter mérito cultural/artístico indiscutível, como o Convento de Jesus, outras revelam uma vontade tentacular de criar mais dependências e situações insustentáveis, parecendo até existir uma quase duplicação de propósitos, sem qualquer utilidade efetiva, no contexto de uma cidade com a dimensão e os recursos de Setúbal.



O Arquivo Américo Ribeiro e a Casa da Imagem e do Cinema, ambos a adquirir no Centro Histórico, parecem uma efetiva duplicação de propósitos, justificando-se a primeira, não tendo qualquer sentido a segunda. E mesmo o Arquivo Américo Ribeiro, não poderia ser organizado em alguma das instalações já existentes que pudessem albergar essa valência? Ou, até ser, por acordo de parceria protocolado com alguma escola, a sua organização e manutenção? E uma casa do Fado? A que propósito em Setúbal? Isto só para falar em alguns dos muitos que se propõem, sem ainda se ter conseguido tornar uteis todos que já estão na alçada do município. O exemplo do processo associado à Casa das Quatro Cabeças, não augura nada de bom. Demorou muitos anos a recuperar, sua finalidade continua indeterminada e o investimento realizado sem retorno à vista.

Numa cidade cheia de carências, isto é incompreensível. Desde a habitacional à saúde. O parque escolar, onde o primeiro ciclo é responsabilidade autárquica e que apesar da diminuição do número de alunos, nos últimos anos, continuam a existir estabelecimentos que não conseguem oferecer escola a tempo inteiro, por manifesta falta de salas. Algo se revela errado nas propostas de investimento aqui apresentadas. O capital humano e a criação de riqueza não são aqui prioridades.

As opções políticas vertidas nesta revisão do PDM de Setúbal são de continuidade, relativamente aquilo que tem sido a ação do atual executivo. O “investimento” previsto, mas sem financiamento plausível, pretende aumentar o poder instituído sobre a sociedade, à custa dos contribuintes, subalternizando a promoção do investimento privado, gerador de emprego e inovação.

Sem criação de riqueza, suportada no investimento sustentável e no capital humano, não podemos garantir o estado social que assumimos como essencial para o progresso individual e coletivo de todos os Setubalenses.

No que concerne à Preservação do Ambiente e da Paisagem, o saneamento básico joga um papel essencial. Mas o abastecimento de água, a drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, industriais e ainda a limpeza, a higienização dos espaços públicos, a recolha seletiva e tratamento dos resíduos domésticos (industriais e hospitalares) no concelho de Setúbal não tem uma descrição com a caracterização e dados paramétricos da atual situação que permita avaliar e ajuizar a situação atual. Não é na RPDMS abordada qualquer proposta fundamentada, sustentável e credível com objetivos e metas paramétricas a atingir para se garantir da evolução da prestação destes serviços a prestar pelo município, cumprindo os objetivos de qualidade, eficiência e a satisfação dos setubalenses a que se deve juntar o objetivo nobre de assegurar a despoluição do Rio Sado.

Os investimentos previstos na RPDMS na área do abastecimento de água, saneamento básico e drenagem pluvial atinge o montante de 78,24 M€. Mas será credível após o que a governação comunista realizou nestes últimos 19 anos estarem agora a propor este valor? Para onde foram as rendas pagas pelas Águas do Sado? E os 13 M€ que contabilizaram como dívida do concessionário há 10 anos sem resultado, exceto empolar as contas da autarquia?

Como exemplo do capital natural, focado nesta revisão do PDM, podemos referir a Economia do Mar, mas quase a limitam no documento ao turismo, minimizando a importância da Indústria no desenvolvimento e história de Setúbal. A pandemia tornou evidente que a falta de aposta na Indústria, ao contrário do turismo e dos serviços, foi um erro que a Europa e Portugal estão a pagar caro. Sem indústria não há criação de riqueza e emprego qualificado

de forma sustentável, obviamente cumprindo os parâmetros ambientais definidos nos acordos internacionais, tendo em vista minimizar os seus impactos ambientais.

Devia esta RPDMS apostar no Capital Natural (recursos naturais renováveis e não renováveis que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para a sociedade), no carbono azul, no sapal, na bioeconomia, na bioprospeção, na aquacultura, na pesca, na indústria naval, no turismo náutico de qualidade, na logística marítimas. Em todas as atividades económicas e científicas ligadas ao Rio e ao Oceano, visando a compatibilização da qualidade de vida com a defesa dos ecossistemas. Reafirmar a importância do Mar na minimização dos efeitos das alterações climáticas, onde Setúbal pode ter um papel significativo, aliando o Capital Natural com o Capital Humano.

A mobilidade e acessibilidade como elemento estruturante para eficiência de uma cidade ou de território tem sido um problema sem solução à vista nestas últimas décadas. Sendo, em nosso entender, um elemento essencial quer para o Desenvolvimento Económico quer para a Preservação do Ambiente e da Paisagem.

Setúbal, tendo uma deficiente articulação urbana, ao nível dos seus bairros, e um sistema de transportes sofrível, tem neste tema um dos seus principais desafios. No entanto, o principal objetivo da gestão camarária atual não tem sido a resolução deste problema. O que se tem assistido é uma obsessiva vontade de tornar a cidade num grande parque de estacionamento tarifado, que após várias tentativas acabou por levar a cabo com a aprovação por 40 anos de uma concessão de estacionamento que condiciona o futuro das próximas gerações. A redução e o pagamento generalizado do estacionamento, sem alternativas reais à mobilidade automóvel, torna a vida dos setubalenses mais cara e difícil. E esta RPDMS não promete nada de diferente, antes pelo contrário.

A construção do terminal intermodal era uma oportunidade para melhorar a mobilidade em Setúbal, mas o exíguo espaço encontrado, com soluções muito pouco acolhedoras para os utentes e com uma inserção urbana que terá fortes e variados impactos negativos, sem potenciar os positivos, tornam a Estação Intermodal da Praça do Brasil, uma não solução, para o problema que pretende resolver.

Continua sem se perceber se a construção da Via Circular a Poente da Cidade de Setúbal é ou não estruturante e fundamental para a resolução das acessibilidades à cidade de Setúbal e se o seu traçado assenta em algum estudo prévio com análise custo benefício?

Não se constata que fosse efetuada uma abordagem global às acessibilidades existentes não sendo apresentada uma proposta fundamentada e credível para se resolver as insuficiências e as carências atuais, assim como uma priorização criteriosa das obras a efetuar nos próximos 10 anos. Não se percebendo o que é prioritário para se resolver o essencial.

No que diz respeito a uma das questões essenciais, já aqui referidas, a habitação, o que nos revela esta RPDMS? Podemos perceber que o acesso à habitação para os mais carenciados e para a classe média está longe de ter neste documento uma orientação clara. A inação dos últimos anos, parece ser a indefinição dos próximos. Contraposta pela definição assumida de um investimento municipal orientado para a aquisição de imobiliário sem utilidade real para servir ou gerar de riqueza e bem-estar aos setubalenses.

A habitação, para além de um direito constitucional consagrado, é considerada estrutural na organização do território e da cidade, sendo uma das questões essenciais para aferir a qualidade de vida individual e comunitária e a capacidade de inclusão/segregação de uma sociedade.



Desejavelmente o Estado e as Autarquias devem suprir as “falhas do mercado” neste campo tão importante para as famílias e para o bem-estar social. Sabendo que existirão sempre agregados familiares que não conseguem ter rendimentos para viver numa habitação condigna, ao seu custo real, as políticas públicas são essenciais para garantirem essa possibilidade. Quando um território revela elevados índices de pobreza a “correção do mercado” é ainda mais determinante para garantir, não só o direito ao “acesso à habitação”, desses estratos sociais mais carenciados, como do direito do “acesso à cidade”, pois é nesta que os custos do parque habitacional se tornam mais inacessíveis aos que menos têm. Quando, como nos últimos anos, os preços das casas, novas ou usadas, se tornaram cada vez mais caras, deixaram de ser só os “pobres” a não conseguirem ter acesso a uma habitação condigna e à cidade. A denominada “classe média” também começou a ter dificuldades em o conseguir.

Em Setúbal, temos visto nas últimas décadas, a completa falta de iniciativa e preocupação sobre este tema, por parte das entidades públicas. Quer do Estado quer da Autarquia. O problema da habitação deixou de fazer parte das preocupações do Poder Autárquico. Com exceção de alguns programas de reabilitação do edificado existente em algum do património habitacional municipal, as políticas resumiram-se a administrar de forma casuística o parque de “habitação social” disponível.

E o que se propõe fazer a este nível, com o PDM revisto, com um horizonte de 10 anos, a atual maioria camarária?

Diz-se no Programa de Execução e Plano de Financiamento e Fundamentação Económico Financeira, que os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

- 1. Promover uma política de apoio à habitação social pública através da implementação do Programa Local de Habitação;*
- 2. Intervir na reabilitação dos edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública e também na reabilitação de casos prioritários nos fogos municipais;*
- 3. Implementar as operações de reabilitação urbana de Setúbal e de Azeitão.*

Sobre o primeiro, o Programa Local de Habitação (PLH) diz-se que é “composto por um único projeto, constitui um instrumento estratégico de diagnóstico, planeamento, gestão e monitorização da realidade socio-habitacional do concelho de Setúbal, e tem como alvo as famílias que não têm capacidade de acesso a uma habitação condigna sem o apoio público/municipal”. No plano dos princípios não parece merecer reparo, mas já no seu desenvolvimento ficamos com muitas dúvidas. “Pretende-se desenvolver um processo de planeamento habitacional e urbano adequado às dinâmicas sociodemográficas e suas condições de habitabilidade, enquadrado com as políticas municipais de cidade e de âmbito socio-habitacional”. Aqui ficamos muito pouco esclarecidos com o que se propõe fazer. Não se percebe se o objetivo é apenas planear (parece), nem o que fazer com o parque habitacional existente. Não se define se pretendem construir, reabilitar, condicionar, criar parcerias, apoiar o arrendamento, ou outra qualquer medida ou programa que possa efetivar a disponibilização de uma “habitação condigna” para as famílias que não conseguem aceder sem um apoio público/municipal, definido como seu objetivo principal. Parece uma intenção sem qualquer orientação formada, não deixando antever capacidade ou vontade política para a realizar.

Este PLH é dado como de prioridade alta e prevê um investimento de 30 000 000€ divididos a 50% entre a Autarquia (15 000 000€) e o Estado (15 000 000€), não deixando perceber como, onde ou quem poderá beneficiar com este programa.

O segundo objetivo divide-se em duas intervenções de reabilitação de edifícios dos bairros municipais. A primeira, diz respeito a “uma operação de reabilitação de edifícios nos 7 Bairros Municipais de Habitação Pública” e incide sobre obras de beneficiação das condições habitacionais”, essencialmente a nível energético. A segunda destina-se a melhorar as instalações sanitárias e as cozinhas dos casos prioritários nos fogos municipais. Este parece-nos o propósito mais conseguido, pois a manutenção e melhoria do parque habitacional parece ser uma obrigação de qualquer senhorio. Mas sobre a forma como se vai gerir o parque habitacional municipal existente e futuro, assim como as novas soluções para habitação dos mais carenciados e da classe média com mais dificuldade em aceder a habitação condigna na cidade ainda pouco sabemos.

A posição do PSD de Setúbal face à Revisão do PDM, só pode ser um voto negativo.

Planear um Território como Setúbal tem de estar focado no seu Desenvolvimento Económico e na Preservação do Ambiente e da Paisagem onde as pessoas e o seu capital humano, assim como a potenciação das condições naturais endógenas têm de ser o centro e a essência do planeamento territorial e urbano.

Um PDM não pode ser um conjunto de lugares comuns, politicamente “corretos”, que não estabelecem nem metas, nem financiamento, nem esperança, a uma população que merece há muitos anos ver transformar o potencial, de uma cidade e do seu concelho numa realidade tangível.”

Presidente da Mesa – Terminámos assim esta reunião e terminamos, também, este mandato na Assembleia Municipal.

Já tive a oportunidade de agradecer a todos aqueles que contribuíram para de alguma forma para o enriquecimento do nosso trabalho, com todas as dificuldades que ao longo deste período de pandemia tivemos. Naturalmente que alargo esta minha saudação, também, aos trabalhadores aqui do Fórum Municipal Luísa Todi que, nas várias sessões que aqui decorreram, sempre contribuíram para o bom funcionamento das nossas reuniões.

Àqueles e àqueles que não vão ser candidatos desejo as maiores saudações e o melhor na sua vida pessoal, aos que são candidatos desejo uma boa campanha eleitoral e que, sobretudo, creio que estaremos todo de acordo que os setubalenses e azeitonenses no dia 26 de setembro cumpram o seu direito de voto.

Muito obrigado a todos e até uma próxima oportunidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e cinco minutos do dia dez de setembro, de dois mil e vinte e um.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de dez de setembro de dois mil e vinte e um, contém quarenta folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa



André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa



Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa